



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

História e evolução do Arquivo

A exemplaridade da Torre do Tombo

Daniela Miguéns Porto

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciências Documentais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Reina Marisol Troca Pereira

Covilhã, Junho de 2013



UBI
Covilhã
Portugal

2013



Agradecimentos

Aqui estou eu à procura de palavras. Cheguei a mais uma etapa da minha vida, muitas já passaram, estou a viver esta agora, a defesa da minha dissertação de Mestrado e muitas mais etapas virão para serem vividas e ultrapassadas...

Haveria muito a dizer, havia muitas dificuldades a relatar, mas neste momento deparo-me com a tarefa de agradecer a quem de direito... tenho de fazê-lo!

A dissertação é minha, o mestrado é meu sem dúvida, mas quero deixar bem específico que há pessoas que o tornaram possível, pois tenho plena consciência que sem duas delas eu nem entraria no ensino superior. As duas pessoas que são responsáveis por ter chegado até aqui vieram de famílias bem humildes, ensinadas a passar dificuldades, não tiveram o que eu tive mas quiseram dar-me mais, são os meus Pais!

Agradeço-te Mãe, por conseguires fazer de uma nota de 20€ uma nota de 50€, agradeço por todas as dificuldades que passaste até hoje para me manteres aqui e por me incentivares a continuar ainda mais no mundo universitário... a tentar que eu tenha o que não conseguiste ter. Tu contornavas a situação sem teres a carteira recheada e é por isso que me orgulho de ti! Obrigada!

Pai, mais reservado, ainda dependo de ti e quero agradecer-te por teres estado presente na minha vida. Na verdade lembro-me de quando íamos à pesca e ficávamos a olhar a água com paciência. Esta é para mim uma grande lição: quanto mais persistirmos sem desistir vem sempre um peixe ter ao anzol... obrigado por tudo!

À minha Irmã, a minha “ídola” e por isso não te posso esquecer. És a irmã mais velha. Sempre me protegeste, aconselhaste, ajudaste e quero que saibas que também estás dentro dos meus agradecimentos, por nunca me teres deixado sozinha até quando te solicitava ajuda. Estamos e sempre estaremos juntas, somos cúmplices, somos mais que isso. Um grande obrigada para ti!

Amigos e Amigas, de infância que até hoje perduram, de curso e aqueles que formei nesta cidade, agradeço a vossa presença em todos os momentos que já passei. Sei que nunca me deixaram nas alegrias, desespero ou saúde... muito obrigada a todos pelos momentos e gargalhadas que me proporcionaram.

Aos membros da minha Família que se lembram de mim, agradeço muito a vossa atenção e presença na minha vida. Aos que já não se encontram entre nós sei que estão orgulhosos e é em vocês que também penso neste momento.

À minha família Vicente, não de sangue mas a quem muito devo desde que entraram na minha vida. Acompanharam-me em cada minuto do meu estudo com preocupação e dedicação, o meu muito obrigado.

À minha professora primária e restante família dela, obrigada por serem a minha família e um suporte de amizade para os meus pais. Mais uma família que sempre tive sem estar ligada pelo sangue!

Obrigada Madrinha por existires sem ser só no papel e já agora, obrigada pelos puxões de orelhas... valeram a pena!

Por fim, não menos importante mas o meu grande pilar desde o primeiro minuto, à minha Orientadora de Dissertação que fez jus à tarefa, orientou-me com dedicação a qual não vou esquecer, sempre pronta e amiga. Muito obrigada!

A todas estas pessoas agradeço. Não fica só registado neste papel mas sim no meu coração enquanto viver. Há pessoas que nos marcam e que vivem connosco para sempre!

A todos o meu Obrigada sincero!

Resumo

Ao longo desta dissertação tentei percorrer, sucintamente, o percurso do aparecimento da escrita até aos dias de hoje. Surgiu a necessidade de escrever mais, de apontar, guardar, conservar e eis que o arquivo adquire tanto de necessidade como de extrema importância.

A Arquivística passou a fazer parte da vida do homem e da organização das bibliotecas, que apareceram tendo em conta o crescimento dos documentos e da necessidade de conservá-los para perdurar na história da humanidade.

Mais à frente destaquei as características dos documentos, assim como os tipos de arquivo, pois, tendo em conta a necessidade de conservação e protecção, também assim o mundo do arquivo se foi adaptando e inovando para que o ser humano tivesse mais facilidade e clareza na sua pesquisa.

A Torre do Tombo foi sem dúvida alguma o meu grande suporte nesta minha dissertação, considerando-a, como se verificou atrás, o “espelho do mundo do arquivo”. Sendo o centro de arquivo mais conhecido de Portugal, foi com base nos seus mais de 600 anos que entrei na sua história, na forma em como preserva os documentos e na influência que exerce na sociedade portuguesa de ontem, de hoje e na de amanhã.

Para concluir, considero que, depois de tanta evolução no mundo do arquivo vinda com o aparecimento da escrita, a Torre do Tombo perdurará nas nossas vidas e histórias, embora tenha consciência que o arquivo continue a evoluir. O mundo das tecnologias dará o seu contributo dia-a-dia, para que a facilidade de acesso à informação seja cada vez mais a preocupação principal para modernizar os sistemas do mundo da arquivística.

O Arquivo é e será sempre a conservação da nossa história e a Torre do Tombo existe para provar isso mesmo!

Palavras-chave

Arquivo; Documentação; Conservação e preservação, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Abstract

Throughout this paper I attempted to briefly follow the course of writing since its invention to the present. Along with the development of writing came the need to note, keep and preserve. In this process the archive plays an indispensable and most important role.

Archivistics became part of our lives and of the libraries organization which emerged due to the increase in the document production and to the need to preserve them as heritage of mankind.

Further on I highlighted the characteristics of documents and the types of archive bearing in mind that along with the need to preserve and protect documents, the archive has adapted and innovated in order to make access easier and clearer for the researcher.

A major support in this paper was Torre do Tombo which I consider to be the “mirror of the world of archive”. It was in the Torre do Tombo, the most renowned archive centre in Portugal with over 600 years of history, that I studied the way they preserve documents and became aware of its influence in the portuguese society.

We have come a long way since the invention of writing, and Torre do Tombo has accompanied this evolution and will continue to do so in the future. The new technologies will contribute to modernize the archivistics systems in order to provide easier access to information.

Archive is about preserving our history and Torre do Tombo exists to prove it!

Key-words

Archive; Documentation; Conservation and preservation, Arquivo Nacional Torre do Tombo (National Archive Torre do Tombo).

Índice

1. Aparecimento e conceito geral do arquivo.....	12
Introdução	12
1.1. Aparecimento do arquivo, conceitos e o que mudou ao longo dos tempos	12
1.2. Duas realidades distintas: Biblioteca e Arquivo	19
1.3. Breves noções de Arquivística, características dos documentos (de arquivo) e tipos de arquivo.....	28
2. Torre do tombo, o espelho do mundo do arquivo.....	35
Introdução	35
2.1. A História da Torre do Tombo	35
2.2. Missão e Serviços do Arquivo Nacional da Torre do Tombo	45
2.3. Divisão de Preservação, Conservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo	53
2.4. Alguns nomes importantes preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo	63
Conclusão	73
Bibliografia	75
Anexo	81

1. Aparecimento e conceito geral de arquivo

Introdução

Ao remontarmos a muitos e longos anos, apercebemo-nos de que as fases pelas quais passámos no mundo da escrita não podem ser ignoradas. Todo o cidadão precisa de ter consciência dos progressos que foram realizados e o que é que graças a eles se fez para a nossa vida social ter mudado até hoje. Desde os suportes de escrita até mais tarde ao aparecimento do papel foi um passo notório na nossa história. A consciência do homem em progredir fez com que houvesse a necessidade de criar arquivos abrindo-se o caminho para o nascimento das bibliotecas. Tudo cresceu... e o que é um arquivo? O que é a arquivística? Tudo isto encontrou definição e necessidade de existência. Cada vez mais a escrita era dominante e cada vez mais o homem sentiu necessidade de lhes dar uma organização, um destino, um arquivo.

Sem dúvida alguma vai verificar-se neste capítulo a utilidade da arquivística. É ela que trata a nossa história, a nossa vida. É um arquivo que retrata sociedade e sem ele a ordem de vida será completamente impossível, até no nosso simples dia-a-dia. No entanto, para que haja um arquivo há que ter em conta que existem critérios muito específicos, regras a cumprir, formas de tratar o papel e de arquivá-lo de maneira a orientar o utilizador que queira consultá-lo, expandindo assim a história do nosso mundo a cada ano que passa.

1.1 Aparecimento do arquivo, conceitos e o que mudou ao longo dos tempos

É importante fazer uma referência aos conceitos de informação e documentos, pois são estes o pilar da cadeia documental, bem como importantes impulsionadores da criação do arquivo. Com a escrita, a sua evolução e mudanças da vida social é que começou a conhecer-se melhor a importância da informação e dos documentos. O homem desde sempre sentiu necessidade de transmitir e conservar a sua memória, de criar registos, de preservar a sua história (SILVA, 1984: 49). Com o decorrer do tempo começou por reunir os seus documentos, resultantes do seu quotidiano, das suas actividades relacionadas com a religião, política, sociedade, entre outras, organizando-os, portanto, nos variados suportes que iam surgindo, desde placas de argila, papiro, pergaminho, papel até aos variadíssimos suportes e conteúdos usados hoje.

Em qualquer época, a informação sempre se mostrou como veículo importante na sociedade, tornando-se cada vez mais um instrumento forte e fundamental. São várias as definições de informação, abarcando o acto de recolher e o de dar esclarecimentos, algo útil e necessário ao homem. É a matéria-prima do conhecimento e, todas estas características atribuídas ao conceito poderão de facto estar incluídas nos vários usos que se fazem do termo. Falamos da gestão da informação, do tratamento da informação, da pesquisa da informação, entre outras.

Posto isto, da informação surge o documento, funcionando como seu suporte, fazendo transmitir assim uma ideia ou mensagem. Na sua definição mais extensa apresenta-se como testemunho, indício e ensino, bem como todo o objecto que abarque ou certifique algum conhecimento e possa ser objecto de recolha, com a finalidade de transmitir informação no tempo e no espaço e usado no costume social. A sua função é a de fixar e ajudar no conhecimento, bem como possibilitar a sua transmissão e a sua transferência com um carácter duradouro.

Quando se fala em documento depressa o remetemos para um papel escrito com informação mas, na verdade este pode apresentar-se em vários suportes, tal como referem alguns profissionais de arquivo. Caracteriza-se sem dúvida pela informação que ele possui e que nos é transmitida.

“ [...] Além do documento convencional, podemos admitir que um bem cultural como um monumento, num sítio paisagístico possa ser, também, documento. [...] Em sentido mais restrito é livro, folheto, revista, relatório, fita magnética, disco, microfilme, cartão perfurado, portanto, todo o material escrito, cartográfico, fotocinematográfico, sonoro” (CASTRO *et al.*, 1988: 19).

O conceito de arquivo adquire múltiplos sentidos conforme o seu enquadramento, podendo admitir-se que não há uma conceituação de arquivo que seja concludente. A origem da palavra “arquivo”, faz-nos recuar a tempos mais remotos, desde o latim clássico com os arquivos de palácios ou arquivos de placas de argila, onde se tinha a ideia de “ter cuidado, dispor e arrumação de coisas”. O povo grego denominou arquivo por “archeion”, que representava o lugar onde se escreviam e preservavam os documentos remetidos pelo domínio governamental. No entanto, alguns arquivistas acrescentam que, esta ideia parece não corresponder à realidade.

“ [...] A designação deste serviço nada tem a ver com o étimo archeion, de onde mais tarde derivou a palavra arquivo. Embora de origem grega, a sua aplicação com este sentido é relativamente tardia.” (RAMOS *et al.*, 2002: 58)

Rapidamente os gregos conduziram o conceito ao povo romano que denominaram o arquivo de “*Tabularium*”, com o significado de espaço ou serviço onde eram conservados os documentos antigos além do suporte dos mesmos, e, posteriormente de “*archiuum*”. Em Portugal, por exemplo, os arquivos também foram adquirindo várias designações. Eram conhecidos como cartórios ou carteiras no início da monarquia, pois tinham a finalidade de guardar documentos de grande interesse para o reino. Mais tarde, estes arquivos passaram a

designar-se de Tombos, de onde surgiu o arquivo real português, a Torre do Tombo. Só nos finais do século XVIII o arquivo passou a ser compreendido como entidade pública e local de pesquisa histórica, entendido em épocas anteriores somente como benefício político, administrativo e económico, estabilizando o seu conceito apenas no século XX.

É importante perceber que arquivos são os documentos ou registos gerados e reunidos na obtenção de um objectivo, bem como os valores oficiais e culturais que levam à preservação dos mesmos. Um arquivo, além de ser um conjunto de documentos independentemente da sua origem, formato e data, poderá também entender-se como o local onde se preservam, identificam e organizam os ditos documentos, com o objectivo de garantir a sua conservação, bem como o acesso e facilidade de consulta.

Muitos têm sido os autores que se dedicam à conceitualização do arquivo e muitas são as definições conhecidas. Por um lado e segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o arquivo é um conjunto de documentos além do seu suporte material, data e seu criador. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005. 27). No meu ponto de vista, o arquivo não se criou de uma só vez, tal como tenho vindo a mencionar, pois à medida que a informação fluía o homem criou formas de a armazenar e catalogar portanto, o arquivo foi sendo construído ao longo do tempo. Daí concordar com a associação de arquivistas holandeses quando mencionam que o arquivo é “ *um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa.*” (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973: 117). As opiniões são vastas e divididas, pois, para alguns arquivistas como Salvatore Carbonne, por exemplo,

“Arquivo é o complexo de documentos produzidos ou recebidos segundo uma correlação original e espontânea de conteúdo e de competência de uma administração, durante a actividade desenvolvida para atingir os próprios fins práticos ou para a execução da própria função. (CASTRO *et al*, 1988: 30).

Considero que a definição de arquivo vai muito além da mencionada anteriormente. Não tem de existir um motivo para que ele se construa. Um arquivo simplesmente acontece, independentemente do tema ou da informação que surge, pode ser apenas uma folha com dados históricos. Concordo assim com a definição que se segue,

“São o conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data, a sua forma e o seu suporte material, produzidos ou recebidos por toda e qualquer pessoa física ou moral e por todo e qualquer serviço e organismo público ou privado no exercício da sua actividade” (GOFF, 2008: 4).

Das noções citadas e de muitas outras existentes, é importante focar que o conceito de arquivo, além de abarcar um aglomerado de documentos, tanto se apresenta como o local onde são conservados os ditos registos históricos, informacionais, entre outros, como a conservação e a guarda dos mesmos. A palavra arquivo leva-nos também para muitos outros diversos sentidos mais limitados, como sendo um móvel em geral de madeira ou aço propositado para o efeito, um órgão público ou título de periódicos, bem como a memória ordenada de uma instituição.

Assim, um arquivo não representa apenas uma folha com informação escrita, abrange todo o tipo de documentos, tudo o que revela a história de um povo. Esta afirmação confirma-se na citação seguinte: *“Informação registada, produzida ou recebida no início, condução ou conclusão de uma actividade individual ou organizacional e que compreende suficiente conteúdo, contexto e estrutura para fazer prova dessa actividade”* (ICA, 2005: 11). Assim, os documentos de arquivo constituem, um conjunto de provas que somadas representam a conclusão de um facto.

A história do arquivo remonta ao início da escrita, a principal impulsionadora do seu aparecimento. É desta forma que desde cedo a humanidade consciencializa a necessidade de preservar os registos, podendo ser úteis nos tempos futuros formando assim a memória do homem.

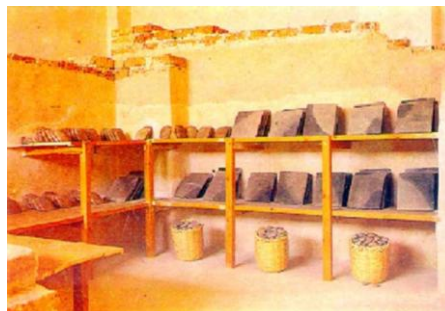
No decorrer da história e sendo o arquivo um eco da sociedade que o cria, este foi-se modificando conforme as alterações culturais e políticas de cada comunidade. Desta forma, deve-se então recuar no tempo e perceber o aparecimento e a evolução do arquivo desde as civilizações pré-clássicas até aos dias de hoje.

Com o contributo da arqueologia (BELLOTTO, 2002: 13), surgiram numerosos vestígios dos primórdios da constituição dos arquivos. Os primeiros surgem, tal como a escrita, nas civilizações do Médio Oriente, na Mesopotâmia, com o povo sumério. Foram criados de forma espontânea, organizando-se com as técnicas possíveis da época nos Templos e nos Palácios, daí denominados na Antiguidade como arquivos de templos ou palácios. Estavam ao serviço dos grupos dirigentes, onde se pagavam os tributos e guardavam os frutos do trabalho agrícola juntamente com os seus registos e inventários. Os arquivos eram compostos por textos literários, apontamentos contabilísticos, descrições históricas e hinos religiosos. Consideravam-se por isso verdadeiros arquivos, embora devido ao seu conteúdo tinham algumas vezes a função de uma biblioteca privada, definida mais à frente neste trabalho. Os sumérios deram pois a sua contribuição para o aparecimento do arquivo através da necessidade de registar a produção agrícola com os seus caracteres em escrita cuneiforme, das escritas mais antigas do mundo, permanecendo cerca de 3500 anos, em placas de argila, guardadas nos locais já referidos.

A escrita cuneiforme evoluiu e permitiu a criação do alfabeto dos fenícios¹ que se tornou universal. Com a sua chegada tornou-se considerável o aumento dos documentos, evoluídos pelos suportes e permitindo maior facilidade de organização no abrigo dos arquivos. Destaco um dos arquivos mais importantes e mais antigos da Antiguidade, o Palácio de Ebla, na Síria, que continha grande número de placas de argila com informação variada que ia

¹ Segundo Maria Helena da Rocha Pereira no seu livro *Estudos de História da Cultura Clássica- I volume- Cultura Grega* (PEREIRA, 2003: 18), o alfabeto dos fenícios serviu de base para a formação de outros abecedários bem como para ajuda da escrita na Europa contemporânea. Os gregos *“ [...] sentiram a necessidade de importar um sistema de escrita da Fenícia, o alfabeto, aliás, com diversas variantes locais, que mais tarde há-de servir de modelo ao latino, ao gótico e ao cirílico e, deste modo, está na base de todos os processos de escrita em uso na Europa actual.”* (PEREIRA, 2003: 18)

desde textos de decretos e proclamações, listas de transações e inventários comerciais, a decisões judiciais.



1- Arquivo de Ebla

Fonte: Archivio di Stato di Milano,
http://www.archivodistatomilano.it/uploads/scuola/2003_05/lezioni_arc/archivi_antichi/archivi%20antichi.htm, 20-11-2012

As placas encontravam-se dispostas por diversas salas e ordenadas em prateleiras improvisadas, um sistema de organização já superior para a altura em questão, constituindo assim um vasto sistema de informação. Como mencionam especialistas de arquivo, “*trata-se de um dos maiores achados de tabuinhas em escrita cuneiforme e, sem dúvida, aquele que melhor evidenciou a existência de uma estrutura orgânica de documentação*”, (RAMOS *et al.*, 2002: 49). Não podem esquecer-se também nomes importantes desta rede de depósito de arquivos do Egipto, tais como o de Amarna, o arquivo do templo de Medinet Habu, entre outros que, à semelhança do arquivo de Elba, mantinham os documentos ordenados por secções. Contribuíram para a preservação de uma grande parte de suportes escritos dessa época, embora a prática de conservação da documentação tenha aparecido mais tarde, já com um elevado nível de perfeição.

A história dos arquivos no mundo ocidental ficou marcada por diversos povos, como refere Helloisa Bellotto, professora e especialista em biblioteconomia e arquivística,

“*entre os povos sumérios, egípcios, assírios e babilónios, os arquivos estavam exclusivamente a serviço das autoridades, eram arquivos reais, religiosos, diplomáticos, onde se achavam leis, tratados, normas e preceitos*”. (BELLOTTO, 2002: 13).

O primeiro arquivo do mundo grego data aproximadamente de 460 a.C., e, tal como os arquivos de placas de argila referidos anteriormente, estes eram situados em templos por obediências do Senado. Abrangiam um importante e vasto depósito de documentos governamentais, judiciais entre outros, com uma organização bastante aceitável, como é o caso dos arquivos de Gea e Palas Atena na Grécia Antiga. Mais tarde, os testemunhos de valor e oficiais foram conservados no Métrôn. O arquivo era encarado como uma entidade digna e de respeito. O povo grego considerado ordenado e evoluído no que respeita ao aparecimento e desenvolvimento do arquivo, dominou e aperfeiçoou a escrita ao longo dos tempos, crescendo consideravelmente a massa documental, bem como o aprumo na guarda da mesma.

Muito semelhantes aos arquivos gregos eram os arquivos romanos, que datam a sua primeira criação em 509 a.C. O arquivo *Tabularium*, situado no Templo de Saturno em Roma,

mostrava ser um serviço importante com normas manifestadas, gerido por críticos e funcionários responsabilizados pela organização das listagens de recenseamento. Nele encontravam-se inscrições financeiras, registos do senado, anotações das províncias bem como editais do imperador. Os romanos atribuíam extrema importância à administração do Império. Cada secção de serviço ao imperador tinha o seu arquivo independente, organizado por repartições e estantes com os documentos ordenados em séries. Organizados também cronologicamente e alguns numerados, possibilitavam assim o progresso do arquivo com normas ainda hoje usadas. Com o seu grande sentido prático, o povo romano, além de constituir uma sociedade organizada, tinha a noção dos documentos que se podiam ou não guardar.

Com o povo grego e romano, além dos arquivos estarem assentes ao serviço das autoridades, começou a notar-se uma aproximação entre os cidadãos e os seus registos através dos arquivos notariais.



2- Exterior do *Tabularium* na Roma Antiga
Fonte: Itália Global, Fórum Romano, <http://www.italiaglobal.com/roma/historica/forum-romano/>, 02-12-2012

Concordando com José Mundet, de nacionalidade espanhola com formação nobre em História Moderna, Literatura e nomeadamente em Arquivística, cada civilização tentava fazer dos seus arquivos uma autenticidade, no modo como os preservava e arquivava. De acordo com as necessidades assim se trabalhava na evolução de arquivar.

“En ambas civilizaciones se contempla el principio de autenticidad documental y su consiguiente vigor legal. Así, los documentos conservados en los archivos públicos eran auténticos [...] La autenticidad y el valor legal de los documentos estaban garantizados por determinados procedimientos administrativos. (CRUZ, 2001: 26).

É evidente que cada sociedade tratava a documentação de acordo com as suas regras tornando-a por isso original e única. A história do arquivo manteve-se assim até à Idade Média, época um pouco marcada por uma diminuição no exercício da escrita na vida administrativa, originando assim uma espécie de paragem na evolução dos arquivos. (COUTURE, ROUSSEAU, 1998, 31). Os que existiam estavam apenas ao alcance de quem detinha algum poder como as autoridades feudais, ficando à parte a noção de arquivo público. A igreja era uma das privilegiadas nesse sentido, devido ao poder que tinha e ao

cargo que ocupava dominava o manuseamento e conservação dos documentos, geria e continha os saberes da época, bem como os documentos guardados em mosteiros e catedrais, denominados por Arquivos Eclesiásticos. Nestes arquivos era feita a guarda e gestão da documentação, não só da Igreja, mas também de instituições particulares e públicas. Ficavam a cargo dos religiosos como o Papa, os frades, os abades e monges. A partir dos finais do século XII registou-se um avanço nos arquivos, com a introdução da prática de registos, com regras a seguir e funcionários especificados.

O século XIV marcou o centralismo do poder e o progresso dos arquivos centrais da administração por toda a Europa. (RIBEIRO, 2011: 59)

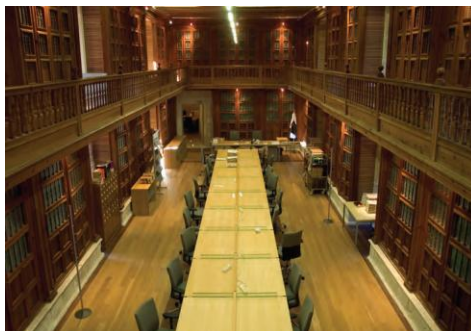
Referenciaram-se importantes instituições deste século, como o arquivo de La Corona de Aragón, em 1318. Em Portugal, menciono o tão conhecido Arquivo da Torre do Tombo, datado de 1325, merecendo especial destaque mais à frente nesta dissertação.

O arquivo voltou a readquirir importância com o aumento dos documentos a conservar, bem como as suas tipologias. Com a Idade Moderna a igreja deixou de obter o controlo sobre os documentos, foi com a criação de movimentos políticos e artísticos, principalmente o Renascimento, a Reforma Protestante, a Expansão Marítima e o Iluminismo, que se desenvolveu o arquivo. O Renascimento manifestou-se através de uma revolução cultural, onde se verificou a mudança de valores e dos costumes medievais. Apareceram as primeiras Universidades que vieram possibilitar a propagação do conhecimento. Aumentou a documentação e, por conseguinte, surgiu a necessidade de organização e guarda dos documentos, oferecendo ao povo a capacidade de compreender e produzir registos.

Do mesmo modo que o Renascimento foi importante, também a Reforma Protestante, conhecida como movimento reformista cristão, por Martinho Lutero, exerceu grande influência no mundo do arquivo, uma vez que pôs fim ao despotismo da igreja.

A mobilização do conhecido Iluminismo no século XVII deu ao arquivo um novo estatuto fazendo com que passasse a ser um meio de pesquisa histórica, originando documentos de cariz académico. Em Espanha surgiram arquivos muito importantes, tais como o Arquivo Geral de Simancas, considerado o primeiro modelo de arquivo de Estado.

“El Archivo General de Simancas, iniciado por Carlos V y finalizado por su hijo Felipe II, guarda toda la documentación producida por los organismos de gobierno de la monarquía hispánica desde la época de los Reyes Católicos (1475) hasta la entrada del Régimen Liberal (1834). Constituye, pues, el fondo documental más homogéneo y completo de nuestra memoria histórica de los siglos XVI al XVIII”. (ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS- online, <http://www.mcu.es/archivos/MC/AGS/Presentacion.html>, 03-01-2013).



3 - Sala de consulta do Arquivo Geral de Simancas

Fonte: Archivo General de Simancas *online*, Archivos Estatales, <http://www.calameo.com/read/00007533523c486877891>, 04-12-2012

A Revolução Francesa foi a porta de entrada para o mundo contemporâneo e para a renovação na história da Europa. Com esta evolução fez com que França presenciasse uma abertura dos arquivos de forma pública, tal como Heloísa Bollotto menciona: *“ocorre uma certa abertura dos arquivos públicos aos cidadãos e se procede à reunião da documentação oficial”*, (BELLOTTO, 2002: 14). Criaram-se em Paris, em 1790, os Archives Nationales, considerado o primeiro Arquivo Nacional do mundo. Continha documentos do passado e do presente do governo central. No seguimento do arquivo nacional, criaram-se os Archives Départementales, ou seja, os arquivos regionais nas províncias, denotando-se aqui mais um marco importante na história dos arquivos. Como se alastraram a toda a república, serviam o cidadão comum o que demonstrava ser um privilégio, segundo dados de arquivística. *“ [...] Reconhecimento da responsabilidade do País, pela conservação dos documentos de valor do passado”*. (CASTRO *et al*, 1988: 32).

A Idade Moderna ficou notória como sendo a época dos arquivos do estado, e foi com este centralismo de documentos que se ajustaram métodos e se criaram normas. No entanto, foi na Idade Contemporânea que se assistiu ao *“boom”* documental, bem como informacional, mais propriamente a partir de 1790. Esta época marcou o aparecimento das novas tecnologias, o surgimento de ideias de responsabilidade, eficiência, justiça e garantia de administração perante o povo. Na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, assistiu-se à transformação dos arquivos em autênticos laboratórios de conhecimento histórico, conservando e gerindo a lembrança do passado da humanidade. (COUTURE, ROUSSEAU, 1998: 34)

Posto isto, o conceito e a história do arquivo são vastos e variados de autor para autor, de país para país e de época para época devido às particularidades e realidades que predominam em cada lugar.

1.2 Duas realidades distintas: Biblioteca e Arquivo

Até ao aparecimento do papel, o pergaminho aquando da sua descoberta representava um suporte importante, sendo o material preferido na Europa para a fabricação

do livro. Surgiram os códices de pergaminho, várias folhas dobradas conhecidas como manuscritos em forma de livro, com a vantagem de poderem conter textos em ambos os lados. Com a expansão dos meios, o aparecimento do papel e o seu uso frequente, e, graças à descoberta da tipografia com tipos móveis por Johann Gutenberg, na Alemanha, o livro adquiriu expressão máxima. Tornou-se objecto de consumo, acessível a todas as classes sociais, marcando a passagem do manuscrito para o impresso. Note-se que desde muito cedo, os chineses já tinham conhecimento da imprensa, desenvolvendo a sua própria técnica, a xilografia², mas sem grandes resultados para a humanidade uma vez que os caracteres usados por eles eram muito frágeis, usados um a um, tendo como desvantagem o facto de não possibilitar a impressão do verso das folhas. (MCMURTRIE, 1997: 160)

Com Gutenberg nasceu assim, na Europa, no século XV, uma nova era da história intelectual da humanidade. Todos estes momentos históricos, processos e evoluções constituíram e marcaram o aparecimento das bibliotecas, a necessidade de arquivar os registos da humanidade, surgindo as primeiras bibliotecas importantes na Mesopotâmia em 3000 a.C.

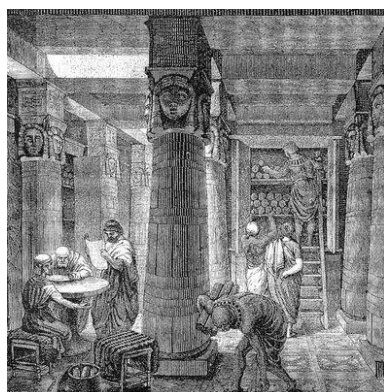
Graças ao inglês Sir Austen Henry Layard e às suas descobertas arqueológicas no século XIX foi possível o achado da primeira biblioteca da história (SANTOS, 2006:29). Deveu-se ao rei Assurbanipal e ao seu reino a criação de uma das bibliotecas mais majestosas, fundada no século VII a.C. Desde sempre este se mostrou um reino com grandes recursos, com uma riqueza e uma cultura elevadas, notadas na construção magnífica dos seus edifícios, templos e palácios. Esta riqueza é comprovada por Gaston Litton, num dos seus registos do *Livro e sua História*, onde menciona a importância dos suportes de argila para provar a existência destas gentes. “*A história deste povo está documentada nas placas de argila cozidas, escritas em caracteres cuneiformes que remontam ao século XIX antes da nossa era*”. (LITTON, 1975: 231). A Biblioteca de Assurbanipal, situada na antiga Assíria, em Nieve, sua capital, num dos palácios do reino, abrangia um depósito de milhares de placas de argila. Já com algumas normas, embora reduzidas, possuía género de um catálogo bibliográfico onde estavam redigidos os diversos assuntos de cada colecção e, procedia-se à classificação de placas por assunto, sendo marcadas para facilitar a sua localização.

Mas, além da grande importância da Biblioteca de Assurbanipal na história das bibliotecas, a mais famosa e mais rica da Antiguidade de que há registo até ao momento é a biblioteca de Alexandria, na cidade de Alexandria no Egipto. Foi fundada no reinado de Ptolomeu II, possivelmente no século IV a.C., permanecendo até à Idade Média depois de ter sido completamente destruída por um incêndio, que ainda hoje levanta algum mistério. Pensa-se que esta instituição foi devastada acidentalmente aquando da guerra de Alexandria,

²A xilografia resume-se numa técnica (das primeiras soluções de tipografia existentes) muito trabalhosa onde a prensa era feita de madeira “ [...] Tal processo consistia em talhar um bloco de madeira, de forma a deixar-se em relevo um desenho, trabalhando o bloco no sentido das fibras. Atintava-se então a parte saliente, depois aplicava-se-lhe por cima uma folha de papel, que se prensava esfregando o seu verso com uma bola de crina (o brunidor) ”. (LITTON, 1975: 12).

por Júlio César. (COSME, 2004: 27-28). Foi construída uma nova biblioteca³ num local próximo da anterior, inaugurada em 2002. A antiga Biblioteca de Alexandria, marco da cultura clássica do Médio Oriente, era composta por um vastíssimo número de manuscritos em papiro e documentos importantes, bem como por vastos trabalhos de selecção da literatura e de catalogação. Incluía na sua estrutura uma sala de leitura, um arquivo oficial para a documentação e uma oficina de copistas. A biblioteca oferecia recursos e meios necessários para atrair poetas e talentos do mundo inteiro para criarem as suas obras. Nomes importantes como o gramático Aristófanes de Bizâncio, criador dos caracteres de acentuação, e bibliotecários célebres como Calímaco e Apolónio de Rodes, entre outros, estiveram empenhados no rumo da biblioteca com a inserção de trabalhos de escolha e planeamento da literatura grega tal como explica a citação seguinte: (PEREIRA, 2003: 551)

“...Calímaco, por ordem de Ptolomeu II, escreveu as *Pinakes*, obra de 120 livros, espécie de catálogo detalhado da biblioteca, que compreendia, para cada um dos autores (agrupados por ordem alfabética, dentro de cada género- épica, drama, oratória, lírica, etc.), as primeiras palavras dos seus livros, o número de linhas, uma curta biografia e, por vezes, discussões de autenticidade”. (FARIA, PERICÃO, 2008: 149).



4 - Reconstituição do interior da antiga Biblioteca de Alexandria

Fonte: Governo de Estado do Paraná *online*, Galerias de imagens- Teoria do Conhecimento, <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=19&evento=6>, 10-12-2012

Vivia-se o espírito de inovação e João Ventura, no seu livro intitulado *Bibliotecas e Esfera Pública*, cita que a escrita estava a desempenhar um crescimento dominante, tendo

³ A nova Biblioteca de Alexandria, biblioteca pública, é um edifício de elevadas dimensões, com 33 metros de altura, é composto por onze andares, oito dos quais subterrâneos. Estima-se que é nesta biblioteca que existe a maior sala de leitura do mundo que dispõe de 2000 lugares. Segundo a própria fonte, (BIBLIOTHECA DE ALEXANDRIA-*online*) “The BA Library (Main Library) is a learning space that offers information in all its formats, through its collections of books, periodicals, maps, manuscripts, multimedia, and electronic resources, and most importantly, customized services to its users: students, researchers, general public and disabled persons. The Library is composed of the Main Library, considered the largest reading room of the world, and a number of specialized libraries: The Children’s Library, the Young People’s Library and the Taha Hussein Library for the Blind and Visually Impaired serve the specific needs of their users. The special collections of the library include the Arts & Multimedia Library, the Manuscript Reading Room, the Microfilm Reading Room, the Rare Books & Special Collections Reading Room, the Nobel Section, and the Shadi Abdel Salam Collection”. (BIBLIOTHECA DE ALEXANDRIA-*online*, Library & Specialized Libraries, 05-01-2013)

como apoio a Biblioteca de Alexandria. “*Acumular, copiar, comentar, reescrever incessantemente todos os livros que chegavam do mar, eis o sonho ecuménico e utópico do projecto de Alexandria*”. (VENTURA, 2002: 49).

Não menos importante do que a Biblioteca de Alexandria foi a Biblioteca de Pérgamo, fundada pelo rei da região, Átalo I, como reacção ao grande êxito da Alexandria, sua rival. Esta instituição estava incorporada no plano real com o intuito de fazer de Pérgamo o centro literário e artístico da Ásia Menor. A Biblioteca situava-se próxima do templo, era composta por uma sala de leitura bastante ampla com prateleiras distribuídas onde se guardavam os documentos, em papiro e pergaminho. O restante espaço do edifício serviu para armazenagem dos registos existentes na biblioteca. Eram realizados estudos literários e linguísticos através de grupos de instruídos, embora estas áreas tenham sido mais predominantes em Alexandria, e a Biblioteca de Pérgamo se tenha distinguido essencialmente na filosofia estóica.

As bibliotecas começaram a formar-se em grande escala, desde públicas⁴ a privadas⁵, até aos dias de hoje, não esquecendo o contributo das mais antigas e medievais na preservação, no armazenamento e na cópia de manuscritos. São de importância primordial para o nosso entendimento histórico. Partilhando da opinião de Umberto Eco que expressa no seu pequeno livro *A Biblioteca*, (ECO, 1994: 8), as bibliotecas, no decorrer dos tempos, tiveram diferentes funções em cada época: a de recolha de documentos para não se dispersarem e a de entesourar uma vez que os registos em rolos de papiro eram valiosos. Tiveram também a função de transcrever os documentos ou livros e mais tarde a de promoção da leitura.

Hoje um dos principais objectivos da biblioteca é adquirir material através de compra ou doação, organizá-lo e conservá-lo, tornando acessível a informação vasta e diversa aos indivíduos. Transmite o conhecimento, ideias e opiniões a todos os níveis, oferecendo variados meios e serviços em diferentes suportes como o papel, a cassete, o CD-ROM ou a rede⁶. Ocupa um papel significativo no progresso e preservação da sociedade. Desta forma, e

⁴ A IFLA e a UNESCO definem assim, que sem dúvida uma biblioteca pública, como o próprio nome indica, deve ser aberta a toda e qualquer pessoa independentemente da sua condição social ou raça. Representa uma panóplia de recursos disponíveis a quem os procura. “Uma biblioteca pública é uma organização fundada, sustentada e financiada pela comunidade, quer através do governo local, regional ou nacional quer através de outras formas de organização comunitária. Proporciona o acesso ao conhecimento, à informação e a obras criativas através de um leque variado de recursos e serviços e encontra-se à disposição de todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, deficiência, condição económica e laboral e qualificações académicas”. (Directrizes da IFLA/ UNESCO, 2003: 19-20).

⁵ Para Maria Faria e Maria Pericão, seguindo a lógica da definição anterior, a biblioteca privada é precisamente o oposto, é gerada por particulares. “Biblioteca criada e sustentada por um particular ou instituição para seu uso exclusivo, com ausência de fundos públicos. Biblioteca particular”. (FARIA, PERICÃO, 2008: 156)

⁶ Como aponta o relatório sobre as bibliotecas na sociedade moderna, e na minha opinião, creio que os avanços tecnológicos em nada influenciam ou irão influenciar os métodos tradicionais de pesquisa de uma biblioteca. Nada substitui a consulta de um livro por mais evolução que tenhamos ao nosso alcance. É certo que as próprias bibliotecas terão de actualizar-se e por isso trabalhar diariamente para acompanhar este crescimento tecnológico mas, nada vai apagar os métodos anteriores existentes. “Com a generalização da informação em rede, o papel das bibliotecas sofrerá alterações, mas a sua importância não diminuirá. Algumas pessoas procuram a informação directamente nas redes e, neste

tendo em conta o que declara o Relatório sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna, todas as bibliotecas deveriam estar munidas com as condições necessárias para que todo o utilizador tenha acesso à informação.

“As bibliotecas podem e devem possuir todos os meios de comunicação apropriados para a sua utilização. A vivência obtida a partir da música é equivalente à da leitura e o conhecimento adquirido com um vídeo é tão válido como o lido”. (PARLAMENTO EUROPEU online, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0248+0+DOC+XML+V0//PT>, 09-01-2013).

O manifesto da Unesco quer deixar claro que as bibliotecas devem estar munidas de equipamentos tecnológicos bem como de serviços da mais alta qualidade destinados e ajustados a todos os públicos:

“Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequados às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação”. (IFLANET, archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm, 09-01-2013).

As bibliotecas públicas têm a obrigação de facilitar ao público o acesso aos seus serviços. Evoluíram para poderem fazer chegar a informação a qualquer lado, de tal forma que, na impossibilidade de muitas pessoas frequentarem a biblioteca, criou-se a biblioteca móvel. Em zonas mais inacessíveis, mais longe da cultura, do acesso à tecnologia até mesmo do acesso a simples livros, a biblioteca móvel representa um dos avanços, a meu ver, mais importantes e merecedores de análise. Com ela muitas pessoas tiveram o primeiro contacto com a informação e, se esta nasceu devendo estar ao alcance de todos, este tipo de biblioteca foi uma mais valia na transmissão de conhecimentos. É por este motivo que concordo inteiramente com José González, pois o próprio descreve a biblioteca móvel como:

“un servicio público de extension bibliotecaria incluido en una unidad administrativa que, mediante una colección organizada y procesada de documentos, gestionada por personal capacitado y suficiente, co la ayuda de medios técnicos y materiales precisos...” (CRESPO, 2001: 19).

Este tipo de biblioteca destaca-se pela mobilidade, como o próprio nome indica. Destina-se a todo e qualquer cidadão, excluindo de todo a discriminação. Embora a quantidade de suportes seja mais reduzido, mais importante do que o número de material é a qualidade dos mesmos. Numa biblioteca, a melhor publicidade que pode fazer-se é primar pela sua qualidade e o espaço reduzido desta biblioteca não significa que não tenha qualidade. A biblioteca móvel, além de difundir a leitura e os serviços bibliotecários conta já

caso, a frequência das bibliotecas e a procura dos serviços das mesmas poderá diminuir. Em contrapartida, aumentará o trabalho da biblioteca enquanto produtora e organizadora da informação [...] A experiência demonstra que os novos meios de comunicação não excluem os meios anteriores na actividade das bibliotecas. Pelo contrário, os diferentes meios reforçam-se mutuamente”. (PARLAMENTO EUROPEU, 1998).

com a implementação das novas tecnologias. Embora os seus serviços hoje não sejam tão usuais como em tempos passados, estes são de todo um marco para a propagação de conhecimentos e divulgação da cultura.

As bibliotecas promovem a educação, a alfabetização e a cultura⁷. São uma fonte de saber, independentemente do equipamento que possuem, se estão mais perto ou longe de qualquer cidadão. A informação circula em todos os sentidos, distribuída em vários suportes, cada um faz deles o uso do modo que achar melhor ou mais confortável. A cultura estende-se desta forma a várias faixas etárias, promovendo hábitos saudáveis como o estar informado. Ventura deixa esta forma de pensar bem clara na sua afirmação:

“um amplo conjunto de missões educativas de que se destacam o apoio à promoção de hábitos de leitura nas crianças, à educação individual e à autoformação, assim como à educação formal a todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática e a alfabetização de diferentes grupos etários.” (VENTURA, 2002: 127).

São pois o acesso à informação e ao conhecimento, um facto mundial, em múltiplas sociedades de variadas culturas e distintos estágios de desenvolvimento.

De modo idêntico me refiro aos arquivos, que, desde o surgimento da escrita a sua proveniência, foi natural e instintiva, isto porque com a caligrafia começou a pensar-se na ideia de reunir, organizar e guardar os apoios de escrita existentes desde o início da história do homem, como já foi analisado no subcapítulo anterior. Embora a realidade dos arquivos seja anterior à criação das bibliotecas, na passagem do mundo antigo para a Idade Média ocorreu uma certa confusão entre ambos, como mostram alguns arquivistas,

“a raridade e a importância de alguns textos escritos fizeram com que no início, eles fossem guardados num mesmo local, independentemente da sua origem ou função... Entretanto o problema agudizara-se no período helenístico, com a constituição de grandes bibliotecas públicas, cuja natureza enciclopédica aí faz também desaguar arquivos de diversa proveniência”. (RAMOS et al., 2002: 28).

O livro na Idade Média apresentava-se como um objecto precioso. No entanto, o acesso da sociedade às bibliotecas era mais livre do que o dos arquivos, pois eram controlados estando destinados a um reduzido acesso de indivíduos.

As duas instituições não surgiram separadamente. Embora tenham a mesma finalidade, os seus objectivos são diferentes. De um lado encontramos a biblioteca plena de informação variada, onde apresenta uma série de suportes informativos destinados à consulta. Do outro, temos os arquivos, também apresentados em vários suportes mas cuja consulta é feita com mais regras e alguns sem possibilidade de serem consultados, quer pelo seu estado quer pela sua natureza sigilosa. De facto têm a mesma finalidade que é informar

⁷ Para João Ventura, e partilhando da mesma opinião, uma biblioteca não representa dezenas de prateleiras onde encontramos os suportes prontos para consulta. Usufruir dos seus serviços permite-nos a nós, utilizadores, viver e reviver cada história que nela existe, fazer parte da imensidão cultural que ela promove e nos oferece. “As experiências culturais (na biblioteca) podem permitir encontrar as referências através das quais nos podemos situar e pensar no mundo, inscrevermo-nos numa história, em experiências partilhadas, transmitidas através do tempo; distanciarmo-nos um pouco daquilo que está à nossa volta, em vez de nos deixarmos prender; tornarmo-nos às vezes, criativos. (VENTURA, 2002: 120).

mas, os objectivos são diferentes, pois se na biblioteca difunde-se o conhecimento, o arquivo fá-lo mas de uma forma mais regrada já que o seu objectivo principal é a preservação e conservação. A distinção entre a biblioteca e o arquivo nasceu decerto aquando da vulgarização do conceito de arquivo. Nasceu também no momento em que se aperfeiçoou a imprensa, assim como a duplicação mecânica dos textos, ou seja, quando estes adquiriram a feição actual. Entendo que, com o aperfeiçoamento da imprensa a duplicação de textos tenha feito crescer a preocupação da conservação dos documentos bem como a necessidade de os organizar:

“Até finais do século XIX, assistimos, por um lado, às preocupações com a bibliografia e com as bibliotecas e, por outro lado, à salvaguarda do património dos arquivos e à sua organização (com carácter informativo sobretudo a partir da Revolução Francesa), com vista a torná-lo acessível.” (RAMOS *et al.*, 2002: 28).

Uma certeza existe: ambas as instituições cumprem modelos competentes da ciência de informação⁸.

Em qualquer serviço de informação, ou seja, bibliotecas, arquivos ou centros de documentação, organizar, descrever e tornar acessível a informação são funções principais dos mesmos. Para que tal aconteça, independentemente dos suportes, como já foi referido, necessitam de operações técnicas inseridas e imprescindíveis no tratamento documental. Tanto os documentos de arquivo, bem como da biblioteca, afiguram-se sob inumeráveis formas, materiais e suportes. O tratamento documental nas bibliotecas, ainda que somando uma única e imensa colecção é realizado fragmento por fragmento. Já no arquivo de um modo geral é executado por sucessões documentais, originando agrupamentos fundamentais e lógicos dentro dos diversos fundos.

Dados do Manual ARQBASE apontam que, os procedimentos na organização dos arquivos são orientados por diversas fases que vão desde a criação à organização dos mesmos.

“Para a instituição de um verdadeiro sistema de arquivo, é determinante que os serviços de arquivo executem e controlem determinadas funções arquivísticas, nomeadamente a produção, a avaliação, a preservação, o tratamento, a descrição, a indexação, a difusão, a valorização, a selecção e a eliminação, entre outros. Integram a função de tratamento arquivístico diversas operações - a classificação, a ordenação, a cotação e a instalação - que no seu conjunto se designam por organização”. (ANTÓNIO, SILVA, 2006: 13).

Sendo assim, o cumprimento de todas estas operações para o funcionamento do arquivo é da responsabilidade de profissionais da informação, pessoas responsáveis e

⁸ A informação existe mas foi necessário fazer dela uma ciência, ou seja, saber tratá-la e seleccioná-la de modo a que não haja um bombardeamento e deixar o ser humano numa multidão de dados. A Ciência da Informação é por isso definida como: “Área do conhecimento nascida nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial, em função do desenvolvimento científico e técnico verificado na época; tem como finalidade o estudo objectivo do conhecimento que contém a informação como um dos seus elementos estruturais, procura controlar a explosão da informação tendo como base as novas tecnologias, reconhecida que é a ideia da informação como recurso estratégico, que tem de ser convenientemente gerido, com vista à produção de novos conhecimentos e produtos, vinculados ao projecto de desenvolvimento económico e social”. (FARIA, PERICÁO, 2008: 251).

competentes ao serviço. São pessoas qualificadas com conhecimentos necessários. Atentas às mudanças que vão decorrendo no tempo como as novas tecnologias por exemplo, para o controlo e o desenvolvimento de todo o processo. Destaco assim o papel dos arquivistas como profissionais formados para tratar a informação com regras, onde existe a responsabilidade de gerir documentos tendo sempre como base o interesse administrativo:

“Profissionais que adquirem, avaliam, organizam, e conservam a informação relacionada, basicamente, com a gestão da actividade de instituições ou pessoas - de natureza pública ou privada - independentemente do suporte onde estiver registado. No âmbito das suas tarefas estabelecem e aplicam critérios de gestão de documentos; avaliam e organizam a documentação com interesse administrativo, probatório e cultural, de acordo com sistemas de classificação definidos pela entidade produtora da documentação ou que reflectem o seu sistema de organização e/ou os das redes organizacionais onde se encontram envolvidas; mantêm os documentos, respeitando o sistema de organização original do arquivo; intervêm na análise de processos organizacionais, adequando-os à respectiva produção documental, definem e optimizam circuitos documentais e processos de controlo dos documentos na organização, elaboram tabelas de selecção estipulando os prazos de conservação e destino final dos documentos; referenciam os documentos de modo a poderem ser facilmente localizados por qualquer utilizador do arquivo; orientam a elaboração de instrumentos de acesso documentação, tais como guias, inventários, catálogos e índices; apoiam o utilizador orientando-o na pesquisa de registos e documentos apropriados; promovem acções de difusão a fim de tornar acessíveis as fontes; coordenam e supervisionam o pessoal que lhes presta apoio técnico. (APBAD online, http://www.apbad.pt/Profissao_Areas.htm, 13-01-2013).

No campo do arquivo, os métodos não são tão aprofundados quanto os da biblioteca. Há uma maior escassez de normas internacionais em áreas principais de tratamento arquivístico, embora só recentemente e a nível internacional se esteja a trabalhar no sentido de elaborar normas de descrição arquivística. O arquivo funciona, assim, como uma memória viva, um meio de pesquisa e conhecimento. Distingue-se de outras áreas de documentação como as bibliotecas. Serve primordialmente a administração que o cria, constituindo assim o seu valor administrativo. Serve a história e a sua segunda valia, a cultura. Desta forma e segundo o Manual ARQBASE, o arquivo para além de informar o público, tem de garantir que será conservado para que a informação passe a cada ano mas sempre preservada.

“A missão dos arquivos passa necessariamente por uma relação de custódia (produção e conservação) e de difusão e comunicação da documentação/informação, criando meios que garantam e potenciem o seu acesso pelos cidadãos-clientes da instituição, onde aqueles se integram”. (ANTÓNIO, SILVA, 2006: 13).

No que respeita à biblioteca, à semelhança do arquivo, deve ser de boa gestão e administração com grande sentido de eficiência e responsabilidade. Deve ter a ajuda de uma equipa multidisciplinar, que trabalhe para servir a comunidade, nomeadamente os

bibliotecários⁹, gestores de sistemas, contabilistas e técnicos de relações públicas que compõem indispensavelmente a biblioteca para garantir os serviços essenciais. As técnicas documentais estão devidamente organizadas. São bastante estudadas e aplicam-se universalmente, havendo meios nacionais e internacionais de regularização. Cada biblioteca pública incluiu no seu próprio sistema uma política de gestão e colecção escrita, com o objectivo de garantir as exigências do usuário. Devido às persistentes evoluções, tal política não deve ir ao encontro apenas das colecções incluídas na biblioteca, mas sim à procura de novas estratégias para aceder à informação disponibilizada no mundo inteiro. De um modo universal, as bibliotecas seguem manifestos para o cumprimento do bom funcionamento, bem como o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas, a Liberdade de Informação. É o caso do Artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos, entre outros, que abrangem assim todo e qualquer serviço da biblioteca, desde manifestos gerais que podem ser aplicados a regiões e países concretos, como declarações de relevo para particularidades na biblioteca pública.



5- Aspecto Geral de uma biblioteca. (Actual Biblioteca de Alexandria)

Fonte: Biblioteca de Alexandria online, Photo Gallery, Reading rooms, http://www.bibalex.org/imagegallery/BA_Gallery_EN.aspx?ID=17&Name=Reading%20Rooms, 15-12-2012

⁹ Trabalhar numa biblioteca é estar actualizado todos os dias, é saber gerir todo o seu conteúdo e promover toda a gestão e informação, e um Bibliotecário é isto mesmo Sendo assim, concordo com a definição de Bibliotecário dada por Maria Faria e Maria Pericão: “Técnico superior especializado que trabalha numa biblioteca e que está encarregado da sua organização e gestão, do aumento das colecções, da classificação e do tratamento dos documentos para os por à disposição dos leitores, fazer a sua divulgação e assegurar eventualmente a sua conservação. No futuro, “pessoa que pode ajudar os outros a criar as suas próprias bibliotecas ou famílias a criarem o seu próprio sistema de biblioteca com métodos individuais para os membros da família, ou negócios ou sistemas de informação personalizados”. (FARIA, PERICÃO, 2008: 157).



6- Interior de um arquivo (Archives Nationales de France)

Fonte: RFI, *Reportage France*, <http://www.rfi.fr/emission/20130123-nouveau-batiment-archives-nationales-pierrefitte>, 15-12-2012

1.3 Breves noções de Arquivística, características dos documentos (de arquivo) e tipos de arquivo

Desde cedo que a Arquivística surgiu informalmente no mundo do arquivo. A prática de metodização e conservação de documentos emergiu assim desde a criação dos primeiros arquivos. Os documentos já eram organizados cronologicamente, bem como aparentemente separados e guardados em diferentes salas no interior do *Tabularium*. Nasceu a Idade Média e seguidamente a Idade Moderna, esta última, marcante na evolução da Arquivística, precisamente porque buscou técnicas mais facilitadas e eficazes, com normas a seguir, para garantir a ordem e a conservação dos documentos presentes nos arquivos.

Foi no seguimento da Revolução Francesa que nasceu a prática da Arquivística como ciência de organização de documentos, em conformidade com a estrutura da instituição onde permanecem, tornando-a uma autónoma.

Há quem defenda que a data mais precisa para o seu nascimento tenha sido em Abril de 1841, aquando da introdução de regras para a ordenação dos depósitos nos Arquivos Nacionais de França. No entanto, foi nos finais do século XIX com nomes como Muller, Feith e Fruin, com a criação e publicação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, em 1898¹⁰, que assistimos a um enorme marco no progresso da Arquivística. Deste modo, caminhou para um novo período de afirmação e libertação, lançando assim as bases da Arquivística moderna. A criação deste manual além de afirmar um plano relativamente à origem e ao planeamento dos arquivos, permitiu também que se concebesse um órgão que estruturasse a política internacional dos mesmos. Surgiu assim o contribuindo para a criação de uma autoridade

¹⁰ Trata-se de uma obra ainda hoje actual, que permitiu à arquivística a sua independência. “Esta obra representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade [...] pode-se afirmar que a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nelas contidas permanecem irrepreensíveis”, consideram alguns arquivistas. (RAMOS *et al*, 2002: 116).

arquivística central, assinalando o princípio de um novo período para a Arquivística, libertando-a de outras disciplinas a que antes estivera relacionada.

O século XIX é, sem dúvida, um século de extrema importância para esta área. Tinha o seu papel de investigar e recorrer a novas teorias, para que o arquivo prestasse mais facilmente um serviço favorável. Exemplos existem na construção de importantes escolas europeias especializadas na área da arquivística, como em Paris, na Áustria (mais propriamente em Viena), Madrid e em Florença (na Itália). Paralelamente à formação destas escolas, este século permitiu que em diversas escolas e universidades, não só na Europa mas também na América e em África, oferecessem formação no âmbito da arquivística em cursos de ciências da informação, história, entre outros.

O Arquivista focou-se na explicação e na preparação de meios de trabalho mais acessíveis, de modo a simplificarem o encontro essencial de informação. Apareceram Guias, Coleções Diplomáticas, Inventários, Índices e Catálogos, assentes numa maior prática e menos teoria. Sucederam-se várias transformações na organização e na política arquivística, sentidas em diferentes áreas geográficas, nomeadamente na Europa, na América e na U.R.S.S.

No início do século XX, deu-se a estabilização concludente do modelo arquivístico, assente nas ideias ocorridas na Revolução Francesa. Mas, foi nos anos 50 que de certa forma se tentou compatibilizar a História e a Administração. Assim, foi criado em 1950 o ICA - International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos), instalado pela UNESCO, com o objectivo de estruturar internacionalmente a Arquivística, originando a cooperação entre países como nos notifica o próprio Conselho,

“For over sixty years ICA has united archival institutions and practitioners across the globe to advocate for good archival management and the physical protection of recorded heritage, to produce reputable standards and best practices, and to encourage dialogue, exchange, and transmission of this knowledge and expertise across national borders” (ICA.ORG, About ICA, 2009).

Houve um contributo para a organização de conferências, como por exemplo a primeira Conferência Internacional da Table Ronde des Archives, realizada de 1 a 5 de Abril de 1954, em Paris. Manifestou assim influências do ICA relativamente às preocupações com a terminologia arquivística. O ICA contribuiu, de igual modo, para o aumento da Literatura distinta, como a revista *Archivium* datada em 1951, promulgação oficial desta entidade.

A Arquivística sofreu modificações ao longo dos tempos. Nos anos 60, ficou marcada com a publicação em 1964 do *Elseviers Lexicon of Archive Terminology*, com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos, a fim de analisar as questões da terminologia arquivística. Uma obra resultante do exercício da normalização que demorou a ser alcançada, e da reunião de trabalhos criados ao longo de aproximadamente dez anos.

Foi uma década assente em cuidados de organização prática, contrariamente aos anos 70, que marcaram esta ciência com o aprofundar de assuntos teóricos fundamentais para a enunciação de uma estrutura competente de modo a assegurar a Arquivística, benéficos para

a evolução científica. Começaram a criar-se associações pioneiras de arquivistas, como foi o caso da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 1973. Esta associação tentou criar os seus estatutos e reger-se pelos mesmos, tal como descrevem na citação: “ [...] *Designada abreviadamente por BAD, é uma pessoa colectiva de utilidade pública sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes estatutos e pela lei geral aplicável, vigorando por um período indeterminado*”, refere a própria associação. (APBAD- online, <http://www.apbad.pt/quemsomos.htm>, 15-01-2013) Surgiu também o Programa de Gestão dos Documentos no final desta década, garantido a promulgação de registos que abrangiam em grande número aspectos da Arquivística. Sendo esta uma Ciência da Informação, deu os primeiros sinais em Portugal na década de 80, embora se tenha afirmado definitivamente como tal na década seguinte. Ficaram mais claros a sua matéria e o seu método. Nos anos 90 decorria uma nova era para esta ciência, que demorou muito tempo a encontrar a normalização, na medida em que todo o cuidado recaia na relevância da informática como via de administração dos documentos, preocupação ainda marcante nos dias de hoje.

A arquivística tem como objecto intelectual a informação ou os dados que a proporcionam. O seu objecto físico baseia-se em três elementos fundamentais, começando pelo arquivo. É o conjunto de registos gerados, recebidos e acumulados por uma instituição, no decorrer das suas actividades, onde a arquivística vai empregar os seus métodos e teorias a fim de atingir os seus objectivos. O documento em si mesmo marca o segundo objecto físico da arquivística, uma vez que a actividade desta é essencialmente o trabalho com um agrupado fundamental de documentos. É necessário para isso, ter o conhecimento dos documentos individualmente na sua natureza e constituintes. Por último na visão do arquivo como entidade, o objecto da arquivística é a instituição e as suas técnicas particulares para a gestão de recursos financeiros, materiais, humanos e documentais. É portanto através de todos estes objectos envolvidos nos métodos, teorias e práticas que a arquivística estabelece o seu objectivo. Trata-se de dar acesso à informação não geral mas arquivística, jurídico-administrativa, fundamental para o desempenho das actividades das instituições bem como para testemunho dos direitos dos cidadãos e uso por historiadores. Cabe à arquivística, tendo em conta a sua natureza na área do conhecimento, o estudo da história dos arquivos (como o seu principal objecto), as teorias, as legislações arquivísticas, a profissão, os métodos, a produção dos registos arquivísticos, enfim todo um conjunto de técnicas e procedimentos respeitantes aos arquivos. Podemos defini-la como uma estrutura conceptual e metódica do saber, obtido por um procedimento milenar de administração dos arquivos. Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, a Arquivologia ou Arquivística é a “*Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e preservação utilização dos arquivos.*” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005: 37).

Certo é que a Arquivística envolve o arquivo no seu todo, um dos resultados mais naturais do homem. Institui métodos, princípios fundamentais e códigos exclusivos com o

objectivo focado principalmente na constituição, na organização e na preservação dos documentos, com a gestão do trabalho e direcção do arquivo.

Posto isto, esta ciência baseia-se no bom desempenho de um arquivo para que este possa reunir e desenvolver procedimentos, cumprir objectivos e oferecer assim ao arquivista instrumentos com a garantia de conservação, de gestão e de difusão dos documentos de arquivo. Os princípios da arquivística estão na base da sua própria teoria e fazem dela a diferença entre outros saberes documentais. Como exemplo temos a *Teoria do Princípio de Proveniência*, das mais marcantes, convertendo-se no princípio primordial da Arquivística, concedido ao historiador francês, Natalis de Wailly no ano de 1841. (COUTURE, 1998. 52) Este princípio assenta na origem dos documentos, pois o que caracteriza os documentos de arquivo não é a sua forma, o seu suporte material e a informação neles contidos, mas sim o modo como estes foram criados no decorrer da actividade de um indivíduo físico ou colectivo. Assenta por isso, na identidade do documento relativamente ao seu produtor. Assim sendo, o arquivo representa a vida do próprio documento, a história que o mesmo envolve, a chamada proveniência, situação que o *Glossário do Arquivo de São Paulo*, explica como sendo: “o Princípio fundamental da arquivística, aplicado aos arquivos permanentes, o respect des fonds ou princípio da proveniência consiste em agrupar, sem misturar a outros, os documentos de qualquer natureza oriundos de uma administração, de um estabelecimento, de uma pessoa física ou jurídica.” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO- online, www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/glo_arq.php, 16-01- 2013).

É com base na proveniência que se organizam e se constituem os fundos de arquivo, sendo o elemento principal de identificação dos documentos. Não excluindo as restantes teorias e características que compõem o fundamento da arquivística, destaco também o princípio da territorialidade, que segundo Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, é baseado na ideia de que os arquivos devem ser conservados na área onde são gerados. (COUTURE, 1998: 52)

Não menos importante para a Arquivística é o que marca o ciclo vital dos documentos, a chamada teoria das três idades. Foi criada devido à consequência do “boom” documental do pós-guerra. Heloísa Bellotto analisa este ciclo de forma mais evidente e explícita dizendo que, esta teoria baseia-se nas diversas etapas por onde passam os documentos, desde a sua criação até à guarda permanente ou, ainda se for o caso, à sua eliminação.

“Este ciclo compreende três idades que, desde o ponto de vista da administração, seriam os documentos activos, e dos semi-activos e a dos inactivos. Mas a denominação mais difundida é a que corresponde aos usos desses documentos: correntes, ou de gestão, ou sectoriais; intermediários ou semi-correntes; e permanentes ou históricos (ou de idade histórica)”. (BELLOTTO, 2002: 26).

Pode afirmar-se que, entre os princípios arquivísticos e os documentos de arquivo não há uma lógica manifesta que promova a união entre ambos, mas mantém uma ligação de dependência. Os documentos de arquivo funcionam como resultado e instrumentos das actividades institucionais e pessoais, tornando-se meios indispensáveis de informação e

testemunho das mesmas. Pode definir-se então como sendo um suporte que carrega história ou valor informativo e que por isso quanto mais preservado na sua forma original melhor, situação descrita pela mesma autora:

“documento de qualquer natureza ou sobre qualquer suporte material que uma pessoa, entidade ou organismo criou ou recebeu e conservou em virtude das suas funções ou das suas actividades, para assegurar a prova de um facto ou acção, ou simplesmente a título de informação. Deve conservar-se permanentemente o mais próximo possível de uma forma original, como testemunho bibliográfico ou de qualquer outro tipo; é a mais pequena unidade arquivística indivisível e pode ser constituída por um ou mais documentos simples”. (FARIA, PERICÃO, 2008: 409).

Os documentos de arquivo possuem diversas características que os distinguem de outro tipo de registos. São objecto de costumes processuais que levam à obtenção de alguma actividade. Têm presentes a autenticidade, que está ligada ao sistema de criação, manutenção e guarda, considerando os documentos autênticos no seu processo de criação e conservação em concordância com procedimentos regulares. A unicidade, outra característica predominante, em que cada documento adopta um único lugar na estrutura à qual pertence. É facto que podem existir mais cópias em vários grupos de documentos, no entanto, cada cópia é única no seu local. Devido às suas ligações de complexidade com os restantes documentos é sempre único. Também o inter-relacionamento é uma particularidade dos documentos de arquivo, uma vez que estes fundem relações ao longo das transacções e processos para os quais foram gerados. Os documentos, não sendo produzidos intencionalmente nem artificialmente, premeiam com a característica da imparcialidade, bem como a naturalidade que transpõem com a acumulação natural na instituição. Os documentos de arquivo certificam o valor comprovativo dos processos de uma instituição, representando fontes credíveis e únicas. As características citadas anteriormente estão em conciliação com os princípios arquivísticos, nomeadamente a proveniência, o respeito dos fundos e a teoria das três idades.

Voltando a focar-me nesta última teoria e no processo de idades entre os registos, a teoria das três idades, sendo um princípio arquivístico, caracteriza e denomina três tipos de arquivos relativamente à permanência dos documentos.

Segundo Joaquim Ribeiro, os arquivos correntes ou administrativos ocupam-se do funcionamento das instituições, bem como da aplicação de políticas governamentais e institucionais:

“local destinado à conservação de documentos de arquivo, de consulta frequente pela administração produtora, no exercício das suas actividades de gestão”. (RIBEIRO. Web, Joaquim_ribeiro.web.simplesnet.pt/arquivo/definições.htm, 16-01-2013).

No que concerne à segunda idade dos documentos, o arquivo intermédio, tem como função a de organizar os documentos para a sua integração definitiva nos arquivos históricos, através de técnicas como a avaliação, a triagem e a eliminação de documentos. É a fase intermédia da vida de um documento e a que decide por isso a passagem para a fase

seguinte. Seleccionei a descrição seguinte pois explica verdadeiramente o que define esta fase:

“O arquivo intermédio passou a designar o tratamento dado aos documentos durante o período de tempo que medeia entre a sua retirada dos serviços produtores e a sua incorporação nos arquivos históricos”, citam alguns especialistas em arquivo (RAMOS *et al.*, 2002: 132). Este tipo de arquivos não é consultado frequentemente pelo seu administrador, sendo usado esporadicamente. Não é aberto na sua totalidade à pesquisa. Os arquivos intermédios surgiram devido à “explosão documental” na segunda metade dos anos 40. Este acelerado aumento na produção de documentos veio notar necessidades materiais nas instituições e, ao mesmo tempo, a urgência de instituir medidas de cariz pragmático, uma vez que nos arquivos históricos com a saturação da documentação estas medidas já não eram possíveis. Com isto, os problemas relativos à avaliação e eliminação da documentação ganhou particular importância, originando assim a criação dos arquivos intermédios¹¹.

Por fim, o arquivo histórico compõe a terceira idade dos documentos, apresentando-se como um serviço que recebe, contém a informação e a documentação mais antiga de uma instituição, indispensável ao conhecimento e memória da história. Neste tipo de arquivos os documentos são preservados por tempo ilimitado, passando assim os documentos à sua reserva permanente. A sua função, além da guarda contínua, assenta no serviço sociocultural, executado entre conferências, exposições bem como a acção educativa. Este tipo de arquivos é sobretudo de particular interesse aos pesquisadores.

Os arquivos, quanto à sua tipologia, também podem distinguir-se, não só pela permanência dos documentos, mas também quanto às instituições que os produzem, como os arquivos públicos, os arquivos privados e os arquivos eclesiásticos, definidos estes últimos no subcapítulo 1.2 desta dissertação.

Os arquivos públicos são um tipo de arquivos indispensáveis para os direitos legais dos cidadãos. Hoje abarcam um aglomerado de documentos que provêm da actividade do Estado, de empresas públicas, de colectividades locais, entre outras.

Assim, o conceito de Arquivo Público forma-se por instituições como arquivos nacionais, que preservam documentos de entidades centrais do Estado e organismos públicos. Arquivos regionais, responsáveis pela reunião e guarda de documentos de níveis intermédios do Estado. Registos provinciais e distritais, arquivos municipais, notariais, ministérios, escolas e entidades administrativas diversas.

Contrariamente ao anterior, os Arquivos Privados¹² não se estendem ao público em geral, tratam-se sim, tal como mencionado na DGARQ, de arquivos concebidos por pessoas ou

¹¹ O aparecimento destes arquivos, como assinalam alguns letrados em arquivística, tem várias possibilidades visto que em cada país tem realidades diferentes, como explica a seguinte citação: “[...] não é um fenómeno absolutamente uniforme nos vários países, havendo várias teorias sobre as idades dos documentos- duas, três ou mesmo quatro idades- e várias posições sobre aquelas que devem ou não ser consideradas como «idades arquivísticas»”. (RAMOS *et al.*, 2002: 132).

¹² Está assente por alguns especialistas de arquivo que com os romanos surgiu a expansão dos arquivos particulares. “O desenvolvimento do direito romano deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituem um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantias da propriedade dos cidadãos”. (RAMOS *et al.*, 2002: 66).

instituições privadas. “ [...] *Os arquivos privados distinguem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.*” (DGARQ online, <http://dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/o-que-sao-arquivos/>, 20-01-2013). O Arquivo privado é formado por uma pessoa física ou jurídica e engloba os arquivos pessoais, familiares, empresariais e institucionais.

Por fim, destaco a tipologia dos arquivos quanto ao tipo de documentos, que vão desde os audiovisuais que se caracterizam por ter sons e/ou imagens em movimento, dispostos em vários suportes (cassete, vídeo, CD, DVD etc.), os documentos fotográficos e digitais. Termino, acrescentando que ficou provado que a arquivística torna-se especial, na medida em que os seus objectivos são bem delineados e bastante específicos, tal como se verifica na explicação seguinte:

“A especificidade da arquivística relativamente às outras “ciências” da informação reside, justamente, na peculiaridade da origem e formação dos seus objectivos: o arquivo e os documentos de arquivo”, refere Heloísa (BELLOTTO, 2002: 9).

2. Torre do Tombo, o espelho do mundo do arquivo

Introdução

Podemos dizer que aquilo que somos hoje é provavelmente em função do que existiu “ontem”, e, para podermos afirmá-lo porque existem provas de “ontem”, para que formemos os nossos dias de “hoje” e os de “amanhã”.

A Torre do Tombo é o Centro de Arquivo mais conhecido em Portugal. Trata-se do arquivo central do Estado Português desde a Idade Média. Tem mais de 600 anos e é inevitável não pensar no valor real que representa para a nossa história. Pretendo expor no segundo capítulo desta dissertação a história e o funcionamento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, desde a preservação dos documentos, à sua utilização nos nossos dias e à sua representação para a sociedade portuguesa.

Mas então, que arquivos são estes na Torre do Tombo que lhe conferem extrema importância? Que vida foi e é a nossa que está confiada num centro de Arquivo Nacional? A Torre do Tombo detém mais de 1000 fundos documentais de origem pública e privada, sendo produzidos por pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias. Portanto, creio que tenho um bom motivo para me dedicar a este trabalho. Trata-se de um símbolo nacional! É uma instituição com muita história e segundo o meu ponto de vista, deveria ser encarada com mais dedicação e não pensar-se que se trata apenas de uma casa que guarda arquivos. A sua história é muito mais complexa e merecedora de análise. A Torre do Tombo representa a nossa identidade e por isso a nossa história!

2.1. A História da Torre do Tombo

Para melhor entender a importância da preservação dos documentos e dos livros na história da humanidade, nos demais suportes que iam surgindo, irei debruçar-me sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Famoso pela sua imensa diversificação e enormidade de documentos originais, que remontam do século IX até aos nossos dias, pode ser estimado como universo e património arquivístico.

O início da sua história teve início no século XIII. Alguns autores como Fernanda Ribeiro, apontam ao reinado de D. Dinis, havendo uma possível instalação do arquivo na chamada Torre Escrivãzinha, antes de este ser instalado no Castelo de São Jorge, (RIBEIRO, 2003: 1). É em 1378, com D. Fernando, que nos surge testemunhada, pela primeira vez a formação desta instituição como arquivo essencialmente do rei. (ANTT *online* - História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>, 01-02-2013). Até hoje

permanece vacilante a organização original desta instituição, nos inícios da sua história. Existe carência de estudos mais aprofundados no que respeita a este campo. Ainda assim é possível apurar muitos aspectos base e de grande importância na sua constituição.

Remontando assim ao ano de 1378 até 1755, o arquivo esteve instalado inicialmente numa das torres do Castelo de São Jorge, das mais antigas fortalezas da capital. Denominada inicialmente de torre de menagem ou albarrã, era a principal, a mais elevada e a mais forte deste castelo. Tinha cerca de 13 metros de comprimento e 9 metros de altura, situando-se próxima da entrada principal do edifício. Segundo testemunho de antigos conservadores da Torre do Tombo, como António Baião e António D`Azevedo, o seu interior resumia-se apenas a duas mesas e duas cadeiras. Teria um número reduzido de cofres com forro de ferro, arcas, armários e caixas de madeira, bem como alguns sacos de linho e pano envelhecido. Aqui as instalações eram de dimensões reduzidas, e há quem afirme que, embora minoradas, esta torre apresentava dois andares:

“A respeito de um livro que fora encontrado na Torre do Tombo, em 1632, diz-se que fora «lá em baixo» (Aires de Sá, Fr. Gonçalo Velho, I, XXXVI, nota) e em 1645 diz-se também que os papéis da rainha D. Catarina estavam no baixo da Torre; o que tudo prova a existência de dois pavimentos, pelo menos”. (BAIÃO, D`AZEVEDO, 1905: 5-6).

A designação de "Torre do Tombo" surgiu devido a se conservarem nesta edificação os Tombos da Coroa que, por outras palavras e seguindo a afirmação de Maria Neves do Departamento da Universidade de São Paulo, os tombos eram livros em suportes da época, que continham as anotações mais relevantes dos bens do reino.

“Era o Tombo, conjunto encadernado de cadernos de pergaminhos para onde se copiavam os documentos considerados mais importantes. O Tombo régio acompanhava, assim, os primeiros monarcas portugueses nas suas constantes deslocações pelo país e crescia com o aumento do poder real. Tornava-se, com o decorrer dos tempos e o aumento da documentação, cada vez menos prático transportá-lo de um lado para outro e, na segunda metade do século XIV (entre 1352 e 1378), o Tombo régio ganha residência fixa”. (NEVES, 1992: 193).

Nesta altura, este arquivo ocupava-se sobretudo de funções régias, como nos descreve actualmente o ANTT, *“arquivo do rei e dos seus vassallos, da administração do reino e das possessões ultramarinas, guardando também os documentos resultantes das relações com os outros reinos”*, (ANTT online- História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>, 01-02-2013). Prestava também alguns serviços importantes, como as certidões pedidas por uma só pessoa ou mesmo por instituições.

Para a constituição e funcionamento deste arquivo, passaram por ele 59 Guarda-Mores e Directores desde que foi criado até aos dias de hoje. Na obra *Arquivística- teoria e prática de uma ciência da informação* de Júlio Ribeiro Ramos, declara-se que com o Rei D. Afonso V é marcado o princípio de um desenvolvimento mais assente na gestão desta instituição. *“ [...] “O início do processo de modernização da Torre do Tombo parece remontar ao reinado de D. Afonso V”*, (RAMOS, et al. 2002: 81). No entanto, é certo que nomes importantes como o rei

João I, D. Duarte e seguidamente D. Afonso V, D. Manuel e D. João III marcaram o progresso da Torre do Tombo com a criação de algumas medidas arquivísticas e historiográficas. Sem esquecer que predominou a ajuda imprescindível dos guarda-mores mais importantes desta instituição tais como, Fernão Lopes, Rui de Pina, Damião de Góis e Manuel da Maia. Numa breve caracterização de José Mattoso, historiador português, é destacada a relevância dos nomes citados anteriormente, nomeadamente a sua relação e preocupação com o arquivo. *“Todos eles foram cronistas régios, o que mostra bem a íntima relação entre a arrumação arquivística e a preservação da memória dos feitos da Coroa, nesta fase do passado nacional”*. (MATTOSO, 1988: 126).

Assim sendo, em 1418, a responsabilidade pela guarda, preservação e organização da documentação da Torre do Tombo deveu-se a Fernão Lopes¹³. Homem com saberes relativamente ao espólio que lhe foi confiado, com cultura e de inteira confiança por parte do Rei da altura, D. João I. O seu cargo inicialmente designava-se por tabelião, denominação atribuída ao notário. Entretanto foi alterado e, durante 36 anos foi-lhe atribuída a função de Guarda-Mor, o quarto guarda e um dos mais admiráveis a ocupar esta importante função, seguido de João Anes, Gonçalo Esteves e Gonçalo Gonçalves. O célebre letrado Fernão Lopes, além da incumbência ocupada, foi um homem de grande reconhecimento. Mais tarde, no reinado e a mando de D. Duarte, foi encarregue de redigir as crónicas dos reis de Portugal, evitando por exemplo que grandes nomes daquele tempo fizessem a apresentação de doações e documentos falsos relativos a outros reinados. Precavia-se que datas falsas aparecessem, nas quais muitas delas os reis já haviam falecido. (DGARQ, *Guardar memórias, abrir caminhos*, 2007: 13).

Durante a Idade Média até à entrada da Idade Moderna, as modificações no funcionamento deste arquivo existiram sem sobressalto. Embora com grandes contributos, foram de certo modo pouco notadas, o que não significa que não tenham sido de maneira evolutiva. (RAMOS, *et al.* 2002: 81). Deste modo, com a entrada na Idade Moderna e com o percurso dos Descobrimentos, foi assinalado o aumento da documentação que se tornou cada vez maior. Notou-se um maior desenvolvimento na composição deste arquivo, emergindo a necessidade de ajustar medidas, com o intuito de organizar esta ampliação de documentos.

Com a subida de D. Manuel I ao trono, em 1495, foi exigido a Rui de Pina (9º Guarda-mor eleito) a cópia da documentação mais relevante presente na Torre do Tombo, por ordem deste, para melhorar a leitura dos documentos, a sua organização e a protecção dos mesmos. Com este rei assistiu-se à formação de um conjunto de medidas renovadoras, entre as quais está presente o bom desempenho dos arquivos da Coroa. Presenciou-se a organização dos livros por assuntos gerais, sendo cada um dos livros preparado por assuntos distintos. Trata-se

¹³Este ilustre homem é caracterizado da seguinte forma: “Cronista português, nascido em Lisboa, e considerado o maior historiógrafo de Língua Portuguesa, aliando a investigação à preocupação pela busca da verdade. Foi escrivão de livros do Rei D. João I e “escrivão de puridade” do Infante D. Fernando [...] Como grande historiador (há quem lhe chame o pai da História Moderna Portuguesa), Fernão Lopes, pondo de parte a visão unilateral e fragmentária dos cronistas medievais, apresenta-nos um amplo panorama da sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV. (DICIONÁRIO DE BIOGRAFIAS, 2013: 408).

de uma coleção denominada de “Leitura Nova”, que inclui 61 manuscritos em pergaminho, com caligrafia gótica e escritos em português da época, repletos de iluminuras representativas de Portugal nos Descobrimentos. Constitui assim um elemento ilustre da iluminura portuguesa. Mattoso descreve este conjunto de livros manuscritos de forma breve, mas com clareza nos argumentos, relatando que estes são constituídos por características e pormenores sublimes.

[...] Com recursos muito mais poderosos. Não se tratava apenas de dotar a administração regia de códices mais fáceis de ler e cujos elementos se podiam procurar muito mais rapidamente, e que por isso mesmo asseguravam o funcionamento do poder de maneira prática e eficiente, mas também de acentuar a «monumentalidade» e o significado desses instrumentos arquivísticos usando como sinais significativos da autoridade regia as dimensões dos códices, a regularidade e a clareza da escrita, o embelezamento decorativo das iluminuras e letras iniciais, e a ostentação das insígnias da coroa como marca de um poder triunfante e glorioso. (MATTOSO, 1988: 125).

Com o fim do reinado de D. Manuel devido à sua morte, foi D. João III que ocupou o trono em 1521, elegendo Damião de Góis como novo Guarda-Mor do arquivo. Ocupava-se das certidões tanto para serviço régio como para pessoas individuais, do mesmo modo que procedeu à elaboração de um inventário de Breves e Bullas¹⁴. Deu também continuidade e concluiu os trabalhos da Leitura Nova. Damião de Góis, além de conhecido como guarda-mor, ficou marcado pela escrita das crónicas do *Felicíssimo Rei D. Manuel e do Príncipe D. João*, assim como do falado *Livro de Linhagens*, que abarca obras onde se relata a genealogia das famílias honrosas do Reino. Um dos mais célebres representantes do Humanismo em Portugal, e de grande contributo para o ANTT, é, segundo o *Dicionário de Biografias* “[...] *personalidade mais europeizante do Quinhentismo Português, tendo continuado a cronística crítica à moda de Fernão Lopes.*” (DICCIONARIO DE BIOGRAFIAS, 2013: 282)

O século XVI ficou marcado, conforme aponta Júlio Ramos, o período em que surgiram os primeiros sinais de uma organização mais cuidada alusiva à ordenação das obras. “*O rigor e a disciplina então atingidos no arquivo da Coroa [...] São dessa época as primeiras instruções de que há notícia, quanto ao modo como se deveria proceder à classificação dos documentos*” (RAMOS *et al.*, 2002: 85). O século seguinte foi assinalado principalmente pelo início da organização do “arquivo do arquivo”, originando a criação de alguns índices que se tornaram

¹⁴ As Bullas representavam diplomas de grande importância, sendo que mais tarde criaram-se as Breves, representando os diplomas mais simples. Lacrados com chumbo, eram documentos de importância extrema, que, avaliando o seu aspecto exterior, era-lhes conferida ainda mais notoriedade. Para melhor entendimento do seu significado, passo a referir a seguinte citação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibiliza a seguinte descrição: “Entre os séculos XI e XV vários diplomas pontifícios com diverso valor jurídico, como as *Constitutiones* (leis gerais eclesiásticas) ou as *Decretales* (disposições de governo da Igreja, também chamadas *litterae decretales*) receberam a mesma forma de validação, que consistia na aposição de um selo pendente de chumbo, designado por *bullla*, por ser o resultado da compressão de uma esfera de chumbo entre duas matrizes. Essa forma de validação (a “*bullla*”) passou a ser utilizada como designação de todos os diplomas pontifícios, os quais são designados vulgarmente por bulas [...] No século XV reservou-se a forma tradicional da *bullla* para os diplomas mais importantes, passando os rescritos de teor mais comum a designar-se de *litterae breves*, as quais se caracterizam por uma maior simplicidade de forma e pela aposição, sobre o diploma dobrado, de um selo de cera [...]”. (DIGITARQ, Bullas, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3907961>, 02-02-2013)

bastante numerosos no século seguinte, bem como o surgimento dos primeiros livros para o seu registo.

Após a entrada no século XVIII, além do crescimento dos Índices, e com base na informação que o ANTT dispõe, pode afirmar-se que foi notável o aumento de certidões pedidas à Torre do Tombo: “*A maioria das chancelarias régias (1715-1749), das Leis e Ordenações (1731), das Bulas (1732), dos moradores da Casa Real (entre 1713 e 1742), o inventário das Bulas, Breves e Trasantos pontifícios (1751-1753)*”. (ANTT online, História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>, 02-02-2013)

Trabalhava-se assim no sentido do conhecimento da documentação, bem como da sua recuperação com a procura de meios mais precisos à função.

Em termos estéticos, a estrutura física do edifício neste tempo além de aparentemente forte, já se apresentava em avançado estado de degradação. Com esta fragilidade, foi facilitado o seu desmoronamento na segunda metade deste século, mais precisamente a 1 de Novembro de 1755, com o terramoto que atingiu em massa a cidade de Lisboa. A torre onde se situava o arquivo, não se incendiou como muitos outros monumentos na cidade. Ruiu e as documentações amassadas e confundidas¹⁵, entre algumas perdidas, foram recolhidas dos escombros e guardadas numa cabana improvisada erguida com destroços de madeira da antiga edificação. Foi construída na Praça de Armas mediante a autorização do Marquês de Pombal e, apesar destas condições, o arquivo continuou a facultar o serviço de certidões solicitadas, agora em grande número em consequência do terramoto.

Posteriormente, em 4 de Agosto de 1757, o Arquivo teve de ser transferido para a ala sul do Mosteiro de São Bento, com o auxílio de carroças e o apoio fundamental do guarda-mor da época. Era Manuel da Maia, homem zeloso com grande sentido de organização, nomeado por D. José I, que ajudou na ordenação dos documentos em desordem. Facultava as certidões solicitadas pelas pessoas, instituindo regras apropriadas tais como a reestruturação por ordem alfabética dos índices, dos livros e dos documentos soltos que já existiam. Como afirma Alice Vieira e muito bem, Manuel da Maia apresentou-se como homem ilustre, não só pelo seu empenho como guarda-mor da Torre do Tombo mas também pelas obras das quais foi criador.

“Engenheiro- mor do reino e homem de cultura notável, que tem, a recomendá-lo, fortes trunfos: fora ele o autor do projecto do Aqueduto das Águas Livres (onde dirigia os trabalhos durante seis anos). Para além disso, era então encarado como um dos heróis do terramoto: logo nessa manhã, mal sentira a terra a tremer e a destruição começava a destruir a cidade inteira, Manuel da Maia correrá ao Paço de Alcáçova, já então um monte de ruínas, para salvar a Torre do Tombo”. (VIEIRA, 1993: 46).

¹⁵ Segundo Fernanda Ribeiro, foram imensos os estragos causados nas obras que estavam à guarda da Torre do Tombo devido ao inesperado terramoto. “[...] Grande parte dos livros sofreram danos nas encadernações, que se desfizeram, levando à separação de cadernos e folhas, e os documentos avulsos ficaram desprovidos da ordenação que tinham. A sua reconstituição não procurou recuperar a ordem original, antes se pautou por métodos “em moda” na época, ou seja as classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica”. (RIBEIRO, 2003: 2).

Com a transferência para S. Bento, foram necessários alguns procedimentos, nomeadamente o tratamento embora superficial e pouco orgânico da documentação. Certamente em muito mau estado, foi necessária a renovação de material para o armazenamento da mesma como armários e estantes de madeira, e equipamento essencial como mesas e cadeiras. Este mosteiro, além de se apresentar mais composto de instrumentos necessários que na antiga Torre, ainda não apresentava as condições satisfatórias à sua função. O espaço tornara-se pequeno para tanta documentação. O seu interior excessivamente húmido, apresentava-se como grande causador da deterioração de todo o seu conteúdo. Pensar na construção de uma nova edificação com as devidas condições neste tempo era algo difícil de se concretizar, como testemunhado por António Baião e Pedro D`Azevedo:

“Mas um edifício para o Archivo é apenas sonho irrealizável. Dado mesmo o caso que os créditos para a construção fossem aprovados, quantos annos não levaria a erguer o edifício, quantas vezes não seriam suspensas as obras, quantas vezes não seriam modificadas? A resposta acha-la-há quem fizer a historia dos modernos edificios públicos”. (BAIÃO, D`AZEVEDO, 1905: 9).

O início do século XIX ficou assinalado por alguma instabilidade, como as invasões francesas, que devastaram muito património. A sua repercussão sentida em Portugal, levou a Corte e a família Real a viajar para o Brasil, transportando com eles alguns pertences, incluindo uma ínfima parte do Arquivo Real. Durante algum tempo emergiu a necessidade de preparar a transladação do Arquivo Real para o Brasil, num total de 45 caixotes, por meio de uma série de questões e dúvidas que acalmaram após a ausência dos invasores. No entanto, o transporte dos documentos não chegou a ser feito para terras brasileiras. Aconteceu pouco depois a Revolução Liberal, no ano de 1820, originando a Constituição de 1822 que segundo descrito no Portal da História se assumiu como um dos acontecimentos primordiais para o democratismo português.

“O mais antigo texto constitucional português e, tecnicamente, um dos mais bem elaborados. Se bem que não tenha dado origem propriamente, a uma prática constitucional exerceu uma influência profunda nas instituições e no direito político, iniciando em Portugal “a organização jurídica da democracia” (AMARAL, <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html>, 03-02-2013).

Com o Liberalismo surgiu a ideia de Arquivo Nacional, bem como a extinção de algumas fundações do Antigo Regime com mais de 300 anos. Eram elas as Ordens Religiosas, a Inquisição, entre outras, o que originou que toda a documentação existente nestas instituições fosse integrada no Arquivo da Torre do Tombo ou arquivo real. Este último mostrava-se cada vez mais apto para se assumir Nacional, nesta época as suas funções eram mais abrangentes que anteriormente: *“guarda, arrecadação, arranjo e serviço interno de arquivo e ainda arranjar os documentos e papéis das repartições extintas”.* (DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 35). Segundo fonte do ANTT, tais serviços eram praticamente impossíveis, não só pela escassez de empregados, mas também devido ao mau

estado das instalações, que por isso não apresentavam condições de agregação e conservação dos documentos.

“No século XIX, o Arquivo ressentiu-se do insuficiente número de funcionários, divididos pelo expediente da Secretaria de Registo das Mercês que nele funcionava, e das más condições das suas instalações, só melhoradas em 1861, quando o Arquivo da Torre do Tombo se mudou para a ala direita do mosteiro, do lado da Rua de São Bento, ocupando, sucessivamente, os espaços da igreja, do refeitório, e da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, instalações onde se manteve até 1990”. (ANTT online, História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>, 03-02-2013).

O século XX marcou, sem dúvida, um passo fundamental no mundo deste arquivo e na cultura do povo, pois embora se tenha fixado em tempos anteriores a descrição da documentação, surgiu tardiamente como serviço público. Foi em 1901 que começou a ser feita a consulta pública, embora tímida, de documentos existentes no arquivo, não ao público em geral mas dirigida aos estudiosos. Depois da implantação da República, em 1910, e no ano seguinte, com a Constituição Republicana Portuguesa, a Torre do Tombo passou a ser definitivamente denominada de Arquivo Nacional. Recebia documentação de todas as épocas, destacando-se no exercício de valorização e conservação dos manuscritos promovendo o estudo da história. Oferecia já um horário estabelecido para entrada ao público, disponibilizando uma sala de estudo com 29 lugares. Nem toda a documentação era de uso livre nesta época, como nos relata informação do ANTT haviam regras a seguir e deste modo os registos podiam ser ou não consultados conforme o período e o assunto de cada um. *“O acesso aos documentos é condicionado pela época e pelo tema dos mesmos. A documentação posterior a 1800, só pode ser consultada com autorização do Ministro do Reino”.* (DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 37).



7- Antiga sala de pesquisa da Torre, no Mosteiro de São Bento.
Fonte: DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 39

Nos anos seguintes, marcados por um período conturbado para o país com a criação de uma ditadura militar de 1923 a 1933, e depois do Estado Novo, o domínio político conhecido por PIDE não mostrava preocupação em investir nos melhoramentos ou na construção de um novo edifício. As carências nas instalações continuavam e a PIDE retirou ao povo o direito anteriormente concedido, o de liberdade enquanto cidadãos. Esta autoridade

manteve-se até 1974, aquando a Revolução Militar de 25 de Abril desse mesmo ano, que pôs fim ao anterior regime. Portugal transformou-se num país democrático, concedendo ao povo o direito à informação. Com a nova Constituição foi permitida a criação de um novo edifício que, admitiu ao arquivo cumprir finalmente a sua missão. Um edifício moderno na cidade Universitária de Lisboa, onde está neste momento.

Dois anos antes da sua mudança, foi criado o Instituto Português de Arquivos que se uniu ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ficando denominados como Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT).

A transferência do ANTT do mosteiro de São Bento para as novas instalações iniciou-se a 19 de Julho de 1990, e segundo fonte da Direcção Geral de Arquivos:

A primeira documentação a ser transferida foi a do fundo “Desembargo do Paço” e a última, a do Arquivo dos “Feitos Findos” em Dezembro. - A transferência da documentação da Casa Forte obrigou a uma significativa operação policial, com agentes da PSP e atiradores especiais envolvidos [...]. (DGARQ online, Facebook.com, <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.383275571728179.98841.145687635486975&type=3>, 05-02-2013)

Tal facto denota mais uma vez o enorme valor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



8, 9, 10- Transferência do ANTT para o novo edifício

Fonte: DGARQ, Facebook.com, <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.383275571728179.98841.145687635486975&type=3>, 05-02-2013)

Já nas novas instalações, criaram-se novas agregações como a documentação das Secretarias de Estado entre muitas outras. Evoluiu a política nacional de arquivos e, alterou-se novamente o nome do arquivo para Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT). Este instituto possui funções de arquivo nacional e de órgão de coordenação da política arquivística nacional:

“Competindo-lhe promover e executar a política arquivística nacional, nas suas vertentes de conservação e valorização do património arquivístico nacional, de promoção da qualidade dos arquivos correntes, e da salvaguarda e garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos”. (ANTT online, História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/> 05-02-2013).

Em 2007 o arquivo passou a ter a sua própria identidade, voltando a denominar-se de Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apresentava-se como organismo de extensão nacional dependente da Direcção Geral de Arquivos¹⁶. O seu crescimento nos últimos 100 anos foi notório e testemunhado pela própria instituição, devido à entrada de vários serviços de arquivo. Estes serviços iam desde arquivos paroquiais, finanças e até arquivos pessoais. A citação que se segue refere precisamente este aspecto: “*O Arquivo dos Feitos Findos (em 1915 por Decreto n.º 1659, de 15 de Junho), o Arquivo dos Registos Paroquiais, acumulando as funções de Arquivo Distrital de Lisboa (desde 1918 até 1992), o Arquivo das Congregações (em 1930), o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (em 1992) e mais recentemente o serviço de Lisboa do Centro Português de Fotografia (2007), para além das múltiplas entradas de documentos, provenientes de diversas instituições públicas, de arquivos senhoriais, e pessoais, muitos deles adquiridos por compra*”. (ANTT online, História, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/> , 05-02-2013)

O edifício actual, planeado pelo arquitecto Arsénio Cordeiro, alberga uma área de 54 900 metros quadrados. No seu interior estão 7 pisos, incluindo 4 de depósitos com capacidade para 140km rectos de prateleiras, assim como 3 pisos de serviços divididos entre a área reservada e a área pública. Distintas entre si, conta já com as condições necessárias, incluindo um sistema de segurança dos mais modernos que garantem entre muitos aspectos, a guarda e o bom tratamento de todo o seu espólio.



11- Vista aérea do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fonte: SkyscraperCity, <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=25773730>, 2008

Para além das áreas destinadas aos depósitos, que actualmente compõem cerca de 100 km de documentação e escritórios técnicos, este edifício dispõe de espaços de divulgação nomeadamente um auditório com 391 lugares, salas de exposições e de leituras. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo divide-se essencialmente em 3 áreas, a de investigação, a de realização de actividades culturais e a dos serviços administrativos.

¹⁶ A DGARQ designa-se segundo a própria fonte, de “serviço central da administração directa do Estado - integrado na Secretaria de Estado da Cultura -, dotado de autonomia administrativa, usufruindo ainda de autonomia científica e técnica na prossecução das suas atribuições. É o organismo coordenador do sistema nacional de arquivos independentemente da sua forma, suporte ou registo. A DGARQ gere uma rede de arquivos dependentes disseminados pelo território nacional que custodiam um universo diversificado de património arquivístico: integram esta rede dois arquivos de âmbito nacional e dezasseis de âmbito regional. (DGARQ- online, <http://dgarq.gov.pt/>, 06-02-2013).



12, 13- Auditório do ANTT e Sala de exposições (Foyer)

Fonte: DGARQ *online*, Relações externas e cooperação, cedência de espaços, <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/cedencia-de-espacos/> , 05-02-2013)

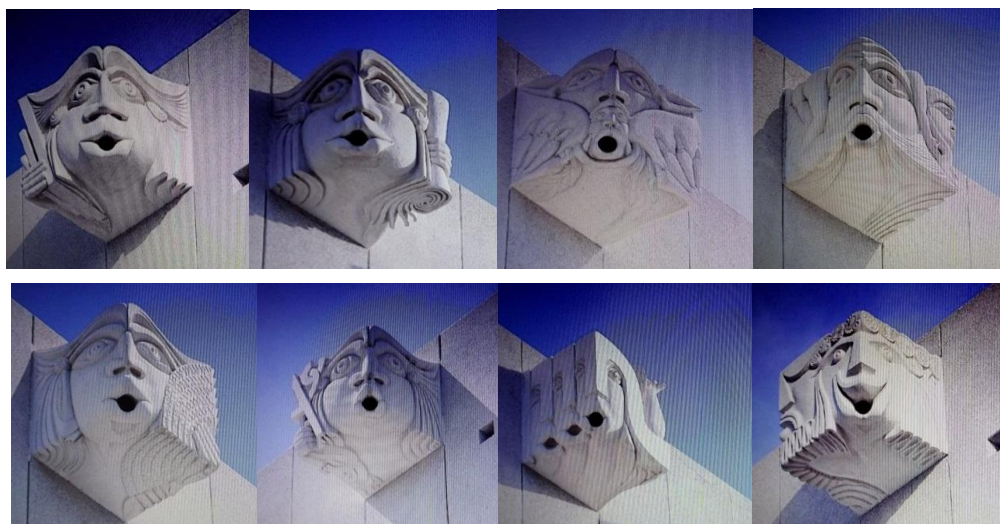
Não só imponente é o seu interior, como também a sua estrutura arquitectónica, como reflectido na imagem seguinte. As iniciais deste arquivo (TT- Torre do Tombo) estão destacadas no edifício.



14- Aspecto Geral do actual Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fonte própria, 11-05-2013

Um aspecto extremamente importante nas fachadas deste edifício, são os dois grupos de quatro gárgulas elevadas no topo. Elaboradas pelo escultor José Aurélio, possuem uma enorme beleza e significado muito próprio, pois trata-se de elementos escultóricos que representam elementos como a guerra, a paz, os meios de comunicação, os suportes de escrita, entre outros. Presentes ao longo da história do Homem e agora ali conservados, são importantes para o entendimento da missão deste arquivo. De um lado estão as gárgulas que representam o guarda das pedras, o guarda dos papiros, o bem e o mal, o velho, o novo e a morte. Na fachada principal observam-se o guarda das ondas hertzianas, o guarda do alfabeto, a guerra e a paz, a tragédia e a comédia.



15- Gárgulas do Edifício da Torre do Tombo segundo a ordem citada anteriormente
Fonte: DGARQ *online*, <http://dgarq.gov.pt/files/2011/08/As-G%C3%A1rgulas-Escultor-Jos%C3%A9-Aur%C3%A9lio.pdf> 15-02-2013

A Torre do Tombo representa de facto uma casa mistério. Sabemos na generalidade qual a sua função e o que apresenta ao público no entanto, sendo uma casa que lida com os arquivos de forma permanente, há muito por divulgar. Há muitos documentos desconhecidos do público, não porque o público não os consulta mas porque não sabemos que existem ou estão envolvidos em secretismo, devido ao valor em causa. É vivendo de memórias e do desconhecido que a Torre do Tombo se define do meu ponto de vista e, que segundo o actual director do ANTT representa isso mesmo:

“A Torre do Tombo para além de um edifício é sobretudo um arquivo. É uma casa de memória, e quando nós pensamos na memória, naturalmente também pensamos no conhecido e desconhecido, e nos conhecimentos que poderemos vir a ter. E dessa maneira, é essa forma simbólica e esta forma misteriosa que também o próprio edifício alberga”. (SILVESTRE LACERDA, reportagem tvi, 2011).

De Torre do Tombo a Archivo Real, de Arquivo Nacional até à denominação que ainda hoje ostenta, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, este foi alargando as suas funções. Nos seus inícios ocupava-se em proteger e facultar os documentos para consulta. Ao longo dos tempos, com o surgimento de cada vez mais usuários, foram-se desenvolvendo as técnicas de catalogação e conservação, crescendo igualmente um maior número de funcionários preparados para o cargo. Hoje, para além dos serviços tradicionais e muitos outros criados, cabe essencialmente a esta instituição a divulgação da documentação, mas agora para um público muito mais vasto.

2.2 - Missão e Serviços do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo desde sempre assentou numa relação com a memória. Foi ao longo da sua história sofrendo alterações, não só na sua constituição e

estabilização, mas também na sua missão, pois foi-se desenvolvendo com o decorrer do tempo. Nos seus primórdios, este arquivo apresentou-se quase que privado, longe dos olhares do povo onde se guardavam apenas os documentos da coroa. Poucos tinham acesso a eles, somente privilegiados e poucos investigadores. A sua missão assentava apenas na guarda da documentação e eram ausentes as regras para organização da mesma.

Os arquivos na altura não eram uma consulta privilegiada de todos, e havendo esta limitação pouco se conhecia do conteúdo da Torre do Tombo. Aliás, o público apenas tinha conhecimento da existência de roteiros e inventários e pouco mais. Esta explicação é afirmada precisamente por Fernanda Ribeiro, Professora Auxiliar da Secção de Ciências Documentais, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *"Os estudos que se conhecem relativos ao acervo e organização da Torre do Tombo mais não são, na sua esmagadora maioria, do que roteiros, inventários ou descrições enumerativas dos documentos que integram o arquivo da Coroa [...]"* (RIBEIRO, 2003: 5).

Os tempos passaram e a documentação sofreu uma crescente acumulação. Nos dias de hoje nas novas instalações, a organização e por conseguinte a missão do ANTT é de todo mais abrangente. Presentemente, com um espólio vastíssimo de documentos de vários suportes, funciona como arquivo público. Compete-lhe a preservação, a conservação e a divulgação dos mesmos, através de meios actualmente mais avançados. Rompe-se, desta forma, com o passado iniciando-se a democratização do arquivo.

O Arquivo Nacional apresenta os cinco principais objectivos/missões a cumprir que assentam num conjunto de leis, regras e procedimentos com a finalidade de proteger, difundir e tornar acessível o espólio que tem ao seu cuidado.

- *"Promoção da salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e do património fotográfico, garantindo a gestão de acervos à sua guarda, e os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados;*
- *A sua utilização como recurso da actividade administrativa e fundamento da memória colectiva e individual;*
- *Aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural e demais legislação regulamentar, nomeadamente no que respeita ao património arquivístico e ao património fotográfico;*
- *Garantir a integração de património arquivístico e fotográfico, que a qualquer título lhe seja atribuído;*
- *Aceitar as formas de aquisição (por doação, herança e legado desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura, por doação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração)".*

(ANTT- online, Missão, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/#contents>, 07-02-2013).

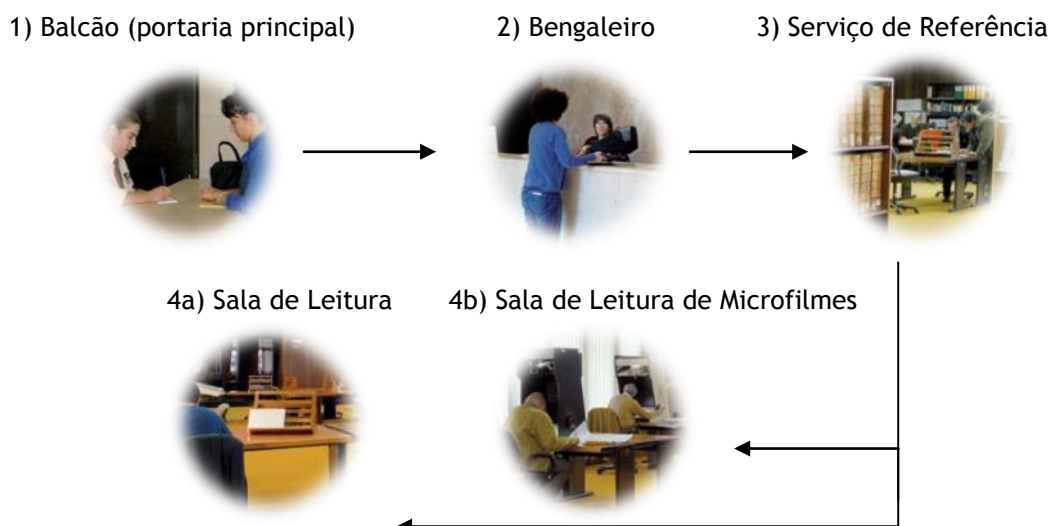
Para que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo consiga realizar a sua missão e dar respostas a quem o procura, existem métodos e objectivos bem definidos. Dispõe de um conjunto de serviços de extrema importância e essenciais no desenvolvimento da sua actividade, tais como o serviço de Preservação e Restauro. Sendo o mais delicado deste arquivo e merecedor de análise no próximo subcapítulo desta dissertação, possui ainda os serviços de Biblioteca, o serviço de Leitura e Referência, de Pesquisas, de Certidões e de Reprografia e ainda o serviço de Aquisições.

Descrevendo-os de forma breve, para perceber a função de cada um deles, iniciarei a minha exposição pela Biblioteca do ANTT. Trata-se de um serviço originário da herança bibliográfica dos Conventos arcaicos, que assentava no auxílio à investigação por investigadores e especialistas da instituição. Abarca no seu conteúdo documentação que está dividida essencialmente por duas séries. A série preta, com cerca de 10.000 registos catalogados, representa as colecções principais, um conjunto de documentos preciosos e raros, de enorme valor e extrema importância que vão dos séculos XV ao século XIX. São referentes ao livro antigo com assuntos nomeadamente de literatura, genealogia, religião, história e legislação antiga. A série vermelha que se apresenta em desenvolvimento constante, possui perto de 25.500 documentos catalogados. Abarca temas como a história regional, religião, história e ciências auxiliares, arquivística e fontes, normalização arquivística, genealogia e heráldica. (BNP online, 2013). A Biblioteca dispõe ainda de promulgações periódicas antigas e actuais, como a colecção completa de Diários do Governo e da República, entre outras áreas. Disponibiliza ainda o seu conteúdo bibliográfico na PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos)¹⁷, para auxílio na realização de pesquisas respondendo às necessidades dos investigadores de forma eficaz. Segundo o ANTT, *“Todo o material corrente é tratado bibliograficamente na PORBASE e os registos bibliográficos posteriormente enviados para a Biblioteca Nacional, da qual a Biblioteca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo é cooperante”*. (ANTT- online, Missão, <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/#contents>, 07-02-2013)

Apenas uma parte de todo o espólio da Biblioteca é de acesso livre para o público em geral, com idade superior a 18 anos. Encontra-se organização numa Biblioteca de Apoio,

¹⁷ Hoje o público pode sentir-se evoluído quando se desloca a uma biblioteca e adquire uma resposta rápida ao que procura. Os avanços foram notórios e um dos grandes exemplos é a PORBASE, sistema que alberga uma base de dados a nível nacional, possibilitando rapidez e eficácia, tal como menciona a própria fonte, referindo que a Base Nacional de Dados Bibliográficos, “é o catálogo colectivo em linha das bibliotecas portuguesas com cerca de 2.500.000 registos bibliográficos. Estabelecida em 1986, a PORBASE é coordenada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e está disponível ao público desde Maio de 1988...é actualmente a maior base de dados bibliográficos do país, e reflecte não só as colecções da BNP como também de mais de 180 outras bibliotecas portuguesas de variados tipos e dimensões, tanto públicas como privadas”. (PORBASE online, <http://www.porbase.org/sobre-porbase/que-e.html>, 07-02-2013).

localizada no serviço de Leitura e Referência. É este um serviço integrante e primordial do Arquivo Nacional, uma vez que é lá que estão as bases de auxílio para realizar a pesquisa pretendida. Marca uma posição imprescindível no circuito do utilizador, esquematizado na imagem abaixo.



16- Circuito do utilizador

Fonte: DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 5

A sala de Referência, situada no segundo piso do edifício, dispõe, além de uma biblioteca de apoio, como citado anteriormente, de internet e acesso à PORBASE, e conta com a ajuda de técnicos especializados que assistem os leitores na sua investigação. Procedese à emissão de um cartão de leitor temporário, seguindo-se a orientação para a consulta de instrumentos de descrição aqui disponíveis. Existem guias, catálogos, inventários, Índices e bases de dados informatizados, como o Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo, o Índice dos Instrumentos de Descrição e o Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais, também disponível. Feita a selecção dos documentos que se pretendem consultar, é anotada a cota dos mesmos e procede-se ao preenchimento de uma requisição que será validada pelo técnico.



17- Validação da documentação pelos técnicos

Fonte: DGARQ *online*, Regras básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/regras_manuseamento.pdf, 09-02-2013)



18- Sala de Referência (TT)

Fonte: DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 32

Marcada a passagem pela Referência, os usuários são orientados para a Sala de Leitura Geral ou para a Sala de Leitura de Microfilmes, consoante o suporte em que se encontra o documento. No caso da consulta ser de documentos originais, esta será feita na Sala de Leitura Geral, a qual ocupa um espaço com lotação para 100 lugares, em mesas individuais.



19- Interior da Sala de Leitura Geral (TT)

Fonte: DGARQ, *Guardar Memórias, Abrir Caminhos*, 2007: 42

A Sala de Leitura de Microfilmes é uma sala própria para o efeito, podendo ser frequentada simultaneamente por dez leitores. Nesta sala o usuário deverá ter em atenção as instruções do instrumento de pesquisa.



20- Sala de Microfilmes

Fonte: ANTT *online*, Universidade La Rochelle, <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/09/FOR-Traite-negriere-Esclavage.pdf>, 09-02-2013

Anexada a esta, está o Balcão do Serviço de Reprografia que faculta ao usuário a reprodução da documentação desejada, conforme os casos. Dependendo directamente da divisão de comunicação, a Reprografia ou mais precisamente o Núcleo de Reprodução, constitui uma realização de extrema importância na actividade do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Isto porque, como o próprio nome indica, este núcleo está responsável pela reprodução de todo o espólio documental aqui contido, dando o seu primordial contributo na salvaguarda de toda esta imensidão documental. A reprodução dos documentos é feita com o intuito de retrair os originais de circulação, evitando provocar danos irremediáveis com o seu frequente manuseamento. A documentação é assim reproduzida na íntegra e substituída por diversos suportes, nomeadamente o papel, o microfilme e o suporte digital, meio de trabalho mais recente do Núcleo de Reprodução. O serviço de fotocópia em papel, por exemplo, está equipado com instrumentos capazes de reproduzir os documentos em papel a partir de outros suportes originais. No caso do serviço de microfilmagem, como relatam os especialistas da área do ANTT, trata-se de um procedimento moroso e exigente, com condições adequadas à tarefa.

“ [...] Um laboratório de revelação e duplicação e um rigoroso processo de controlo de qualidade onde é garantia a integridade da informação e a durabilidade do suporte, conferindo ao microfilme o valor probatório”. (ANTT online, Reprografia, <http://antt.dgarq.gov.pt/servicos/reprografia/>, 09-02-2013)

Este núcleo recai não só na qualidade de reprodução, mas também na óptica da difusão, uma vez que as reproduções por ele realizadas têm vários fins assentes na cultura. Como é o caso do acesso às mesmas através do Site Oficial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou o seu uso para trabalhos académicos ou para diversas publicações culturais e científicas. Trata-se assim de um foco eficiente atento às necessidades de regularização ligadas à captura, ao trato, à organização e à guarda das imagens.

Os serviços que prestam apoio no ANTT não têm o dever de efectuar as pesquisas da documentação que este abarca para satisfazer as necessidades dos usuários, como leitores ou instituições públicas, privadas, individuais ou colectivas. Exceptuam-se alguns casos na legislação em vigor, competindo-lhe sim facultar caso a caso todas as informações e orientações gerais necessárias. Como sendo os fundos indicados à pesquisa, à sua disponibilidade, a maneira de como usá-los, ao seu estado de conservação, enfim, um conjunto de conhecimentos e procedimentos prestados para o acesso aos arquivos. A equipa dos Serviços de Pesquisa mencionando que na impossibilidade dos pesquisadores executarem as suas investigações, estes podem adquirir género de uma petição da pesquisa pretendida, através de um formulário adaptado. Para este efeito terá de haver uma solicitação escrita, e é neste sentido que trabalha a equipa de Pesquisa,

“Excepcionalmente, quando os interessados, por razões justificadas, não puderem realizar pelos seus próprios meios as pesquisas desejadas, poderão solicitar ao ANTT a realização desse serviço, o qual será satisfeito de acordo com a disponibilidade de recursos humanos e mediante o pagamento dos valores fixados na Tabela de Preços de Serviços de

Apoio Técnico, Consultoria e Pesquisa". (ANTT online- Serviços de Pesquisa, <http://antt.dgarq.gov.pt/servicos/pesquisas/>, 09-02-2013).

Não menos importante que os serviços anteriores é o serviço de certidões, do qual a Divisão de Comunicação (DC) é responsável. Pretende facultar o acesso do património arquivístico, com a garantia do cumprimento da legislação que abarca a comunicação e a protecção de dados, através da pesquisa e certificação de documentação.

O Arquivo Nacional, ao longo dos séculos e no seu percurso, foi recolhendo e recebendo documentos tanto sistematicamente como de uma forma mais minuciosa. Presentemente, a DGARQ e, por conseguinte, o ANTT, deve promover diversas aquisições. Deve aceitar doações e trabalhar para desenvolver o património quer arquivístico quer fotográfico. Portanto, é uma instituição que sem menosprezar quaisquer documentos, deve aceitá-los tratá-los pois todos fazem parte da memória, tal como é referido no Diário da República:

" [...] Deve prosseguir as atribuições de promover a integração de património arquivístico e fotográfico, que a qualquer título lhe seja atribuído, exercer o direito de preferência nos casos de alienação de espécies arquivísticas valiosos ou de interesse histórico-cultural e ainda aceitar doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como aceitar doação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração". (ANTT online, Serviço de Aquisições, <http://antt.dgarq.gov.pt/servicos/aquisicoes/>, 09-02-2013).

Assim, a política e o serviço de aquisições do ANTT assentam em dois aspectos fundamentais: por um lado, no aumento do seu espólio documental, e, por outro, na salvaguarda de toda a herança documental de interesse nacional.

Todos estes ofícios anteriormente mencionados, embora com funções diferentes, têm o mesmo fim - o de preservar e dar a conhecer o património documental. Ao longo da minha dissertação fiz questão de questionar vários amigos sobre a Torre do Tombo e, lamentavelmente todos já ouviram falar dela mas muito poucos me souberam dar uma resposta em concreto sobre a sua função. Creio que sem se divulgar dificilmente o público poderá tomar conhecimento e ter acesso ao vasto património arquivístico. Sendo assim, concordo com Maria de Lurdes, coordenadora do Gabinete de Relações Externas e Cooperação da DGARQ, quando dá incentivo à divulgação, mas, não posso concordar quando diz que este é o objectivo prioritário da Torre do Tombo, quando refere: *"só se pode valorizar e divulgar o que se conhece. Portanto, dar a conhecer o património e as potencialidades que este oferece para o conhecimento e para a cidadania, assume-se como um objectivo prioritário do ANTT."* (HENRIQUES, 2011: 3).

Assim, e para a realização desse objectivo, além das tarefas anteriormente mencionados, o ANTT implementou também o Serviço Educativo, um serviço impulsionado pelo Programa de Reforma da Administração Central do Estado (PRACE)¹⁸, em 2006. Este

¹⁸ Segundo Maria de Lurdes, o PRACE declara que é fundamental para qualquer instituição cultural o contacto internacional com a diversificação de povos existentes. " [...] Determina que as instituições

serviço envolve uma equipa apta em despertar valores, curiosidades e conhecimentos com a função de fornecer ao usuário métodos intelectuais relativos à missão, tanto de um arquivo como de um profissional do mesmo. Nos dias de hoje, ainda persiste um pouco a ideia de que um arquivo é apenas um local onde guardam documentos velhos, e é neste sentido que actua o Serviço Educativo. Mostra que a realidade é bem diferente do que se pensa, pois, para além da guarda e o trabalho visível com suportes antigos, a beleza neles contida e tudo o que os envolve, tal como a própria instituição é algo muito surpreendente. Focado na difusão do extenso e valioso tesouro à guarda do ANTT, o Serviço Educativo promove visitas escolares que abrangem diversos níveis tanto etários como de ensino. Realiza com frequência mostras e exposições documentais com finalidades pedagógicas e didácticas, com temáticas diversificadas, para o público diverso. As exposições são um meio eficaz de aproximação entre o cidadão e o espólio documental. Para além do conhecimento proporcionado, ocasionam uma multiplicidade de diálogos, contribuindo para a educação da cidadania. Cada exposição é um novo desafio, e nalgumas delas estão presentes as novas tecnologias, os chamados calotes esféricos que têm no seu interior o documento a ser apresentado. É digitalmente através de um ecrã táctil que existe a possibilidade de lê-lo, folheá-lo e ampliar ao gosto desejado. Neste sentido, as novas tecnologias representam aqui um passo importante no incentivo ao conhecimento.

O Arquivo Nacional, para além da ajuda de todos estes serviços especializados da instituição, conta com o apoio da Associação dos Amigos da Torre do Tombo (AATT). Criada em 2004, surgiu precisamente para apoiar as suas actividades e iniciativas localizando-se numa das salas da instituição. Fazem parte dos seus estatutos cinco alíneas fundamentais:

1. *“Cooperar com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e apoiá-lo na promoção, realização e divulgação dos seus objectivos culturais;*
2. *Realizar um programa anual de iniciativas a levar a efeito no âmbito dos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo;*
3. *Editar e apoiar a edição de trabalhos de investigação que tenham como fonte principal os fundos documentais guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo;*
4. *Contribuir para o melhor conhecimento e para a valorização dos fundos do Arquivo;*
5. *Dar apoio e fornecer informação a investigadores que trabalhem no âmbito dos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.”* (AATT online, Estatutos, <http://www.aatt.org/site/index.php?P=1>, 13-02-2013).

vocacionadas para a cultura devem fomentar políticas culturais pró-activas e transversais estimulando a cooperação interinstitucional, por forma a rentabilizar recursos e meios que permitam atingir novos e variados públicos. (HENRIQUES, 2011: 5).

2.3 Divisão de Preservação, Conservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O Homem, partindo do seu nascimento ao seu desenvolvimento, envelhecimento e finalmente à sua morte, está sujeito a passar por acções e acidentes no seu dia-a-dia, causando efeitos inevitáveis na duração da sua existência. Factos, tais como a poluição, os insectos, as bactérias, os micróbios, são alguns dos aspectos causadores da deterioração do organismo do ser humano, diminuindo assim o seu tempo de vida. Cabe aqui ao homem a atenção e o cuidado, para uma maior durabilidade da sua vivência. Paralelamente ao que acontece ao homem o mesmo se passa com os livros e os documentos. Desde que são gerados vão sofrendo danos até ao seu envelhecimento, causados, neste caso, por agentes de deterioração. São eles a humidade e a temperatura, a iluminação, a poluição atmosférica, o próprio homem, os desastres naturais e a própria natureza dos materiais que compõem cada registo. São a principal ameaça para a documentação, levando-a a uma condição de instabilidade tanto física como química, comprometendo a sua existência e a sua integridade.

É neste sentido que actua a equipa de Preservação, Conservação¹⁹ e Restauro do Arquivo Nacional (DPCR). Constitui-se por um grupo especializado que tem o dever de garantir o acesso e a salvaguarda de todo o espólio arquivístico. Combate contra agentes que possam danificar a documentação, através de um trabalho minucioso e de uma política de preservação eficaz, que tem como base os seguintes procedimentos:

- *“Identificar os agentes de deterioração;*
- *Reunir dados concretos - diagnósticos actualizados;*
- *Imaginar situações, contando com imponderáveis;*
- *Ser preciso ao especificar o risco, o agente de deterioração e o possível dano causado;*
- *Fazer relatórios sempre apoiados no registo fotográfico exaustivo, que inclua localização, estrutura/edifício, sala, armazenamento, acondicionamento, etc.;*
- *Usar sempre o bom senso”.* (DPCR- ANTT, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/procedimentos_preservacao.pdf, 12-02-2013).

¹⁹ Os conceitos de preservação e conservação são dois conceitos que estão mutuamente ligados mas que têm posturas distintas, e embora possam ser muitas vezes confundidos e usados para expressar a mesma ideia, ambos zelam pela vida mais longa de um documento ou objecto. A função da preservação é retardar e prevenir a deterioração, controlando as condições ambientais, a monitorização do edifício onde está guardado o espólio e o manuseio das próprias obras. A conservação remete-nos directamente à constituição física e química do objecto, isto é, refere-se ao tratamento do documento propriamente dito, tratando de modo directo as propriedades do documento, protegendo-o da acção dos agentes físicos, químicos e biológicos que o ameaçam. Enquanto na preservação podem interferir pessoas não especializadas para o efeito, embora e claramente devem ter algum conhecimento das causas que provocam a deterioração do documento, na conservação e no restauro apenas intervêm profissionais. Fonte baseada no livro, *Como fazer conservação preventiva em bibliotecas e arquivos*, de Norma Cassares. (CASSARES, MOI, 2000: 12).

Para perceber o trabalho e o circuito documental feito por esta divisão, é necessário fazer um breve levantamento dos agentes de deterioração mais frequentes e entender assim como estes se integram nos documentos. É necessário perceber as reacções de cada um deles em cada suporte e como são eliminados pelos especialistas do Arquivo Nacional.

Podem existir quatro grandes classes de agentes de deterioração, sendo a qualidade dos materiais que constituem os documentos, o ambiente, os sinistros naturais e os danos causados pelo homem.

A natureza e a má qualidade dos materiais que constituem as obras contribuem primeiramente e muitas vezes para o seu estrago. Materiais como tecidos que se usam para protecção dos livros como cetim, seda e linho por exemplo, desgastam-se com facilidade bem como têm propriedades favoráveis à nocividade causada pela humidade e pelo bolor. Metais variados que vão do ouro ao chumbo, podem levar à corrosão rápida se as superfícies metálicas estiverem contaminadas por sais. Também os adesivos ou colas usados na encadernação de livros podem corroer o papel. Suportes de escrita como o papiro, o pergaminho e também o papel, entre outros materiais, mostram as suas dificuldades.

O papiro por exemplo, criado a partir da planta “*Cyperus papyrus*”, foi transformado numa espécie de papel, trazendo com ele algumas vantagens. Para além de permitir uma escrita fácil devido à sua estrutura acetinada, conservava e absorvia bem a tinta. De todas as bases conhecidas antes e posteriormente a esta, o papiro foi certamente o suporte de escrita que mais se aproximou das características do papel. Actualmente é conhecido devido à sua flexibilidade e leveza. Porém, e segundo McMurtrier, a fragilidade do papiro sempre foi o seu único inconveniente. “*Havia o perigo de se furar quando se escrevia [...] Estava também muito sujeito a deteriorar-se com a água ou a humidade; por outro lado, depois de seco, tornava-se muito frágil - quase tão quebradiço como folhas secas*”. (MCMURTRIE, 1997: 31).

O pergaminho, um outro suporte muito distinto do anterior, uma vez que não tinha de todo a mesma fragilidade, era feito de peles de animais geralmente de cabra, carneiro, ovelha, entre outros. Tinha muitas vantagens, como a particularidade de poder ser reescrito, dobrado e cosido devido às suas propriedades maleáveis, e ainda ter difundido o códice²⁰, género de antepassados dos livros actuais. No entanto, esta base, como afirma Sónia Domingues da DPCR, além das características que o permitem ser mais duradouro, trata-se de um suporte que se deteriora facilmente com a humidade e a temperatura.

“Embora seja um material muito resistente e com poucos factores que provoquem a sua degradação, o pergaminho é bastante sensível à temperatura e à humidade do ambiente. Sendo um material muito higroscópico, as suas ligações químicas são mantidas apenas enquanto houver um equilíbrio higrométrico. Devido ao seu processo de manufactura este

²⁰ McMurtrier relata a importância primordial que os códices e os diversos suportes representaram e representam hoje. “ [...] Foram livros como estes, laboriosamente transladados por escribas, que nos conservaram tudo o que possuímos da história e da literatura da antiguidade. Por este motivo, os manuscritos, juntamente com as inscrições em pedra, metal ou madeira, são um factor muitíssimo importante na herança cultural da humanidade.” (MCMURTRIE, 1997: 96).

material fica quase sem resistência à água, alterando a sua estrutura e dimensão quando exposto a flutuações de HR no ambiente". (DOMINGOS- DPCR, 2008: 6).

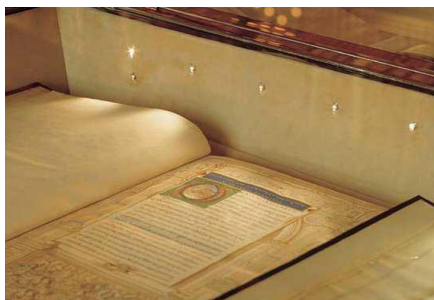
O papel fabricado actualmente, por exemplo, resulta de uma mistura celulósica, composta por madeira e algumas substâncias químicas. Como afirma Edith Maria Silva, historiadora, arquivista e chefe do Laboratório de Restauração e Conservação do Arquivo Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo do Brasil, muitos dos produtos usados para se obter o papel, são constituintes químicos que podem ser nocivos para o próprio documento. *"Na preparação da pasta celulósica e no seu clareamento são usados produtos cujos resíduos, futuramente, possibilitarão a acidificação desse mesmo papel, sendo a acidez um dos factores de destruição de documentos assentados nesse material"* (SILVA, 1984: 50). Ao passo que o papel nos seus primórdios, ainda feito de trapos, além de mais duradouro, não continha acidez na sua constituição.

É necessário ter um conhecimento aprofundado no que respeita à degradação dos documentos e em que circunstâncias, tal pode acontecer. Só um profissional preparado e instruído pode antever e salvar um documento a tempo pois como diz a citação seguinte e bem, *"Conhecendo-se a natureza dos materiais componentes dos acervos e seu comportamento diante dos factores aos quais estão expostos, torna-se bastante fácil detectar elementos nocivos e traçar políticas de conservação para minimizá-los"*. (CASSARES, MOI, 2000: 13).

No que diz respeito aos factores ambientais, como a poluição atmosférica, esta abrange poluentes sólidos e gasosos. Está ligada na sua maioria às grandes cidades e onde é evidente o maior nível de industrialização. De facto, a civilização conduziu progresso e bem-estar ao homem, mas este tem sido um sério problema na modificação da estabilidade natural ao longo dos tempos. Causa problemas graves em variadas áreas no ciclo da vida, não só abatendo os recursos naturais como despeja na biosfera detritos prejudiciais à saúde humana, animal e vegetal. Os resíduos, a queima de lixo, toda a poeira acumulada no dia-a-dia, os escapes de automóveis, entre muitos outros factores, actuam para o adiantamento de reacções químicas malélicas, principalmente quando estes se alojam nos documentos gráficos. Segundo alguns registos, Menciono estes factores entre muitos outros porque representam uma gravidade à escala global, são considerados os mais violentos quer para o ser humano quer para a degradação dos documentos, tal como exemplifica a citação seguinte onde se menciona que, *" [...] Os fenómenos de deterioração devidos à poluição desenvolveram-se muito seriamente no decurso dos últimos vinte anos."* (DUCHEIN, FLIEDER, 1993: 40).

A luminosidade, outro factor ambiental, se for aplicada correctamente, é relevante na preservação de um documento, na medida em que esta emite radiações nocivas com raios ultravioleta e infravermelhos. Pode acontecer independentemente da sua fonte de energia natural ou artificial de luzes fluorescentes e incandescentes, podendo, deste modo, causar danos nos documentos. Se esta se for aplicada em excesso pode provocar a descoloração, o amarelecimento e o escurecimento de alguns papéis, tornando-os quebradiços. Se se

apresentar quase nula, poderá provocar o seu envelhecimento modificando a legibilidade e o próprio aspecto do documento. Ao contrário do papel, o pergaminho e o couro são materiais menos sensíveis ao efeito da luz. Ainda assim são afectados muitas vezes. Os níveis de luminosidade são calculados por unidades de *lux*, sendo os mais apropriados em casos de documentos mais valiosos, valores de 50 *lux* aproximadamente, com luz artificial de fibra óptica.



21- Exemplo da luminosidade adequada fria e de baixa intensidade

Fonte: DGARQ *online*, Procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos gráficos, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/procedimentos_preservacao.pdf, 15-02-2013

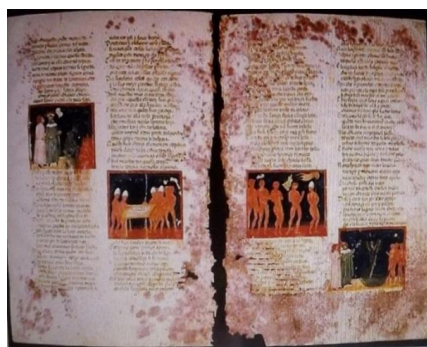
O espólio documental deve estar protegido, conforme o manifesto da IFLA, em “*condições estáveis, nem demasiado quentes, nem demasiado secas ou húmidas,*” (IFLA PAC, 2004: 52). Isto porque, uma vez que os materiais que o envolvem, nomeadamente documentos gráficos, são demasiado sensíveis às mudanças do clima, provocando, desde logo, modificações visíveis nos suportes. Deve, portanto, manter-se uma temperatura média de 18° a 22° C. A humidade e a temperatura não causam o mesmo efeito para todos os tipos de materiais. São aceites em diversos suportes e rejeitados noutros. No caso de documentos em papel ou pergaminho, sendo estes materiais higroscópicos, quando absorvem humidade incham, ao passo que quando a libertam têm a reacção contrária, ficam contraídos. Françoise Flieder mostra que no caso de pergaminhos iluminados, este fenómeno é especificamente claro:

“ [...] *A desigualdade de tensões entre o suporte e a camada pictural leva forçosamente a uma separação das camadas. É por isso que as variações higrométricas bruscas representam um perigo importantíssimo.* (DUCHEIN, FLIEDER, 1993: 38).

O calor ou o frio, em parceria com uma elevada taxa de humidade, formam uma débil movimentação do ar, o que origina o aparecimento de pragas e agentes biológicos. É o caso de insectos de variadíssimas espécies, baratas que se acumulam em locais escuros, quentes e húmidos, traças que se estabelecem em sítios de elevada humidade, térmitas, piolhos de livros que se encontram frequentemente entre as folhas, fungos que originam os bolores, entre outros. Estes agentes provocam na documentação danos geralmente irreversíveis tais como ratos e ratazanas que se acomodam em quase todas as situações climáticas. Para seu próprio abrigo e aquecimento, fazem uso de tecidos, papéis, couro entre outras matérias, sendo assim considerados uma forte ameaça para a danificação documental, testemunhado mais uma vez pelo especialista Flieder:

“Podem provocar prejuízos muito elevados nos fundos das bibliotecas e arquivos. Em certos casos, os estragos podem atingir até 20% dos documentos. Devoram com a mesma avidez os papéis, os couros, os pergaminhos e as colas. Ao contrário de certos insectos que provocam alterações muitas vezes lentas e limitadas, os roedores são capazes de deteriorar completamente um documento em muito pouco tempo”. (DUCHEIN, FLIEDER, 1993: 50). Daí a preservação ser de extrema importância, já que numa degradação o aspecto do papel transforma-se num rendilhado e danifica a escrita, não só dificultando a leitura como o próprio manuseamento do documento.

Para os especialistas em Conservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e fonte dos mesmos, os maiores inimigos da documentação nomeadamente em pergaminho são os fungos, pois instalam-se de forma silenciosa e alimentam-se. Nesta circunstância, para além de destruírem o suporte a nível físico acabam por afectá-lo também quimicamente. Esta destruição ocorre porque o fungo destruindo as fibras do papel deixa-o sem coesão física. Devido à digestão do fungo, este produz substâncias coloridas ficando por vezes com marcas irreversíveis. (DOMINGOS- DPCR, 2008: 7).



22, 23- Exemplos de dois documentos em pergaminho infectados com microorganismos.

Fonte: DGARQ online, Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/norma_pergaminho.pdf, 15-02-2013

Teresa Figueiredo, Chefe de Divisão de Conservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, afirma que não há nenhum estudo feito sobre quais as colecções ou quais os fundos mais afectados no arquivo. Acrescenta, dizendo que no projecto que estão a findar, que é a documentação da Inquisição de Lisboa (da qual fazem parte mais de 17 mil processos e mais de 1000 livros), é uma documentação que está muito afectada pelo ataque de xilófagos e de microorganismos.

Tribunal do Santo Ofício/Inquisição de Lisboa

Estado de conservação:

Bom estado: 10%

Médio estado: 40%

Mau estado: 50%

Patologias:

Fungos: 10%

Acidez de tinta: 70%

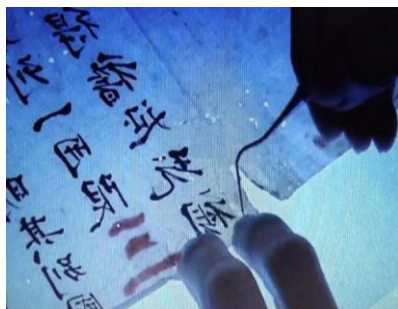
Danos causados por insectos: 20%

Fonte: REVISTA DO APM, 2010: 85

Decorrendo este cenário, os técnicos desta área actuam com medidas base que permitem assegurar a estabilidade físico-química da documentação danificada.

A higienização, das primeiras etapas e das mais fundamentais na conservação da documentação, consiste na limpeza superficial da documentação, removendo resíduos encontrados nos documentos como areias, fibras têxteis, fuligem, cabelos, esporos de fungos, etc. É com o auxílio de aspiradores de pó (que só devem ser usados quando a documentação não está fragmentada), pincéis (de tamanho adequado ao documento), pinças, bisturis, flanelas, cotonetes, espátulas, luvas, borrachas apropriadas, máscaras (para protecção das vias respiratórias) e humidificadores (para a documentação ressequida pelo tempo), que se devolve às obras uma textura mais aceitável entre outros procedimentos. Este processo, expõe Sónia Domingos, requer bastante cuidado nomeadamente com documentos mais antigos como o pergaminho,

“A sujidade superficial é desalojada com um pincel macio de forma a causar a menor abrasão possível. O pincel deve percorrer suavemente a superfície do documento para que as partículas de poeiras não raspem ou se alojem nas fibras do pergaminho. Cuidados diferentes devem ser tomados para as diferentes superfícies do pergaminho. Iluminuras não devem ser limpas e zonas de texto devem ser cuidadosamente examinadas antes de se iniciar a limpeza”.
(DOMINGOS- DPCR, 2008: 7).



24, 25 - Exemplos de alguns procedimentos de higienização
Fonte: MÁXIMO, TVI 24, 30- 07- 2011.

Em casos necessários para eliminar possíveis microorganismos, os documentos são encapsulados e submetidos numa câmara de desinfestação por anoxia.



26- Exemplo da câmara de desinfestação por anoxia.
Fonte: DGARQ *online*, Procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos gráficos, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/procedimentos_preservacao.pdf, 20-02-2013

Neste processo que requer algum tempo a eliminar os insectos devastadores em qualquer estágio de evolução, basicamente é gerada a remoção do oxigénio do ambiente limitado que envolve o objecto a tratar, substituindo-o por um gás inerente. O que resta de oxigénio é residual, não dá para que nenhum insecto sobreviva à asfixia e à desidratação. (DGARQ *online*, Boletim nº18, 2011: 15).

Posteriormente à higienização procede-se ao restauro, operação de redobrada atenção com princípios universais muito exigentes. Para além de conservadores, conta também com a ajuda de cientistas para aconselhamento dos produtos indicados, assim como de restauradores ou técnicos de restauro. Trata-se de um procedimento que, além de muito delicado, é extremamente dispendioso, não só pelo custo elevado dos materiais usados de alta qualidade, mas também pelo longo tempo que uma obra leva a restaurar. Hoje são muito poucas as instituições em Portugal que podem suportar este processo, dados apurados segundo o *Inquérito sobre o Estado de Conservação do Património Arquivístico e Bibliográfico em Portugal*, realizado pelo Grupo de Trabalho em Preservação e Conservação, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e documentalistas. (APBAD, 1999: 24).

Cabe assim a estes especialistas intervir na documentação danificada, particularmente na de maior valor histórico ou artístico. O objectivo é restituir uma estabilidade e um aspecto tão próximos quanto possível do estado original, com técnicas especializadas e com o uso de materiais da mesma natureza, quando necessário algum acrescento. Desta forma, e sob pena de não alterar a veracidade do documento, nunca deve modificar-se nem embelezar-se a obra a tratar. Esta sim deve ser mantida no seu estado de origem. Note-se que, no caso de uma operação mal executada de conservação e restauro, esta é extremamente mais nociva do que a não intervenção, principalmente quando se opta por práticas irreversíveis. (DUCHEIN, FLIEDER, 1993: 101).

Feito o restauro segue-se o acondicionamento. Inicia-se com a avaliação criteriosa que analisa a natureza dos documentos, o tipo de suporte, o estado da conservação e as condições de uso e manuseio. Define-se assim de que forma a documentação mais instável deve ser arrumada. Sendo o acondicionamento um meio de protecção do espólio contra danos, Sónia Domingos refere que este deverá ser feito com materiais inócuos e de qualidade garantida, permitindo a estabilidade contínua das obras, nomeadamente registos em suportes mais antigos. Devem, portanto, usar-se materiais como cartões ou cartolinas de várias espessuras e sem acidez, panos de linho, folhas de melinex, entre muitos outros. (DOMINGOS-DPCR, 2008: 7). Estes materiais não diferem muito de os usados por outros especialistas. Cianflone Cassares, especialista de conservação e restauro do arquivo de São Paulo, menciona alguns dos materiais indicados ao processo:

- *“papéis e cartões neutros ou alcalinos das mais variadas gramaturas;*
- *papelões de diversas gramaturas;*
- *filmes de poliéster;*
- *fita adesiva dupla neutra;*
- *tiras ou cadarços de algodão;*

- *tubos de PVC;*
- *tecido de linho, etc*". (CASSARES, MOI, 2000: 35).

Assim são formados os revestimentos mais apropriados, moldados ao formato de cada suporte, que vão desde caixas, envelopes a pastas. O mesmo se aplica ao mobiliário, armários, arquivos e estantes, que devem permitir a facilidade de acesso da documentação.



27- Exemplo do acondicionamento e do armazenamento da documentação especial
Fonte: MÁXIMO, TVI 24, 30- 07- 2011.

O ANTT, bem como em outras instituições da mesma índole do país e do mundo, têm vindo a implementar meios de digitalização e disponibilização *online* (no caso do ANTT, este serviço denomina-se de *TT-online*). Tem a função de propagação e de preservação de todo o património. O serviço de digitalização da Divisão de Conservação e Restauro marca o produto final de todo o percurso documental. Tal como toda a documentação impressa, o documento digital também pode sofrer ameaças a situações desajustadas. Estas situações podem ser ambientais, como de armazenamento e manuseamento, como possíveis desgastes por agentes biológicos. É necessário, portanto, que haja a conversão cíclica para outros formatos e sistemas tecnológicos actualizados, bem como a transição de documentos para diferentes suportes.



28 - Digitalização de documentos pertencentes aos fundos existentes na Torre do Tombo.
Fonte: REVISTA DO APM, 2010: 87

Neste processo:

- “A *captura das imagens deve apresentar o documento na sua globalidade, encadernação e pormenores;*

- *A captura deve ser efectuada página a página e respeitar a ordem de paginação/foliação;*
- *A informação das páginas deve ser isolada quando, devido à diversidade de formato ou mau estado de conservação (perfurações, perdas de suporte ou outras, diversidade de formatos dos cadernos), essa interfere na informação do fólio anterior ou posterior;*
- *Os fólios em branco devem ser capturados se estiverem numerados e se não representarem mais do que cinco imagens. Mas, no caso de este número ser ultrapassado, devem ser capturados apenas o primeiro e o último, aplicando-se o mesmo procedimento de captura para conjuntos de fólios que se encontrem em branco e sem numeração. Essa situação deve ser reportada em campo próprio na descrição do documento, designada pela normal SAD(G) “Dimensão”;*
- *Aplicação da escala de cor, em cada objecto digital, para se poder ajustar à cor do original”. (REVISTA DO APM, 2010: 88).*

Anabela Borges Teles Ribeiro confirma que todo este mundo da informatização dos arquivos é importante na conjuntura da globalização e no contexto de variadas actividades educativas, científicas, culturais, contribuindo significativamente para a preservação e divulgação dos teores.

“A disponibilização de conteúdos documentais, de forma remota, é uma das mais-valias aos arquivos e à Torre do Tombo, em específico, uma vez que potencializa, desta forma, o património arquivístico sob sua guarda, contribuindo assim para a necessidade de afirmação nacional. Trata-se de informatizar e digitalizar de modo sistemático os arquivos históricos e o património cultural como meio para facilitar o seu tratamento e utilização, bem como para preservar e divulgar, por meio da internet, o nosso saber, acumulado ao longo das gerações”. (REVISTA DO APM, 2010: 90).

Silvestre Lacerda, Presidente deste arquivo, justificou que esta estratégia da entidade se baseia no princípio de que *“a salvaguarda dos documentos é tão importante como a sua difusão”* (JORNAL O PÚBLICO online, Cultura, <http://www.publico.pt/cultura/noticia/torre-do-tombo-memorias-paroquiais-sobre-terramoto-1755-disponiveis-na-internet-1249036>, 22-02-2013)

Manifesta o empenho em continuar a digitalizar a informação para facilitar a consulta pública, mas, ao mesmo tempo, estruturá-la para não reproduzir o mesmo paradigma do papel. *“Não queremos reunir apenas um amontoado de imagens”.* (JORNAL O PÚBLICO online, Cultura, <http://www.publico.pt/cultura/noticia/torre-do-tombo-memorias-paroquiais-sobre-terramoto-1755-disponiveis-na-internet-1249036>, 22-02-2013)



29 - Sala de arquivos digitais com 92 *terabytes* de informação e com capacidade para mais 250 tb.
Fonte: MÁXIMO, TVI 24, 30- 07- 2011.

São milhões de documentos, dezenas de quilómetros de prateleiras onde encontramos o passado que é a nossa história. São registos de vidas e conservá-los é contribuir para que se mantenha a memória de um tempo. É desta forma que podemos assim fazer consultas para uma melhor orientação do nosso futuro.

Assinalado o trabalho feito pela equipa de Preservação, Conservação e Restauro do ANTT no circuito documental e, embora em muitas situações não se consigam eliminar na totalidade os motivos de deterioração dos documentos, com certeza se pode reduzir bastante o seu ritmo. Para isso basta ter em atenção alguns aspectos de preservação, que podem estar ao alcance de qualquer pessoa que estime os importantes valores de livros ou documentos. Os danos causados pelos homens são danos imperdoáveis, uma vez que podiam ser evitados na maioria das vezes. O simples uso dentro da normalidade é o suficiente para a degradação do papel. No seu contacto, a gordura do suor e a acidez que se libertam das mãos do usuário já é uma ameaça para a sua deterioração.

Michel Duchein, declara, que são consideráveis os números de livros e informação em papel que já foram destruídos pela mão do homem,

“ [...] O caso dos manuscritos com, pinturas que foram cortadas, de notas marginais manuscritas apagadas com borracha, de páginas de livro e de manuscritos rasgados, folhetos manchados de gordura ou de tinta de caneta, de caneta de feltro ou esferográfica.”
(DUCHEIN, FLIEDER, 1993: 55).



30- Exemplo de um livro danificado por excesso de manuseamento incorrecto
Fonte: DGARQ *online*, Regras básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica, http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/regras_manuseamento.pdf, 10-03-2013

A falta de cuidado e o vandalismo por parte do homem reflectem-se pois neste material indefeso. Os livros são mal arrumados nas estantes, a falta de tratamento nalgumas encadernações, os documentos excessivamente apertados, e muitos outros aspectos danificam, como já referi, o invólucro da informação escrita.

Devemos por isso por em prática algumas normas básicas para evitar e minimizar os riscos de dano. Ao respeitar essas normas, auxiliamos a continuação da preservação de todo o espólio aqui contido, são elas:

- O leitor não pode apoiar-se nem colocar objectos sobre a documentação, bem como não deve escrever sobre e no próprio documento, usando apenas para escrever, lapiseiras ou lápis, evitando o uso de borrachas;
- Na consulta de documentos de formato elevado, esta deve ser feita na horizontal de modo a contar sempre com o apoio do leitor tendo em conta a sua dimensão;
- Para evitar rasgar ou dobrar as folhas de um documento, a consulta deste deve ser com muito cuidado, o seu manuseamento não deve ser excessivo, e o virar de uma página deverá ser evitado com o dedo humedecido.

Do mesmo modo que é importante o contributo dos leitores para a preservação da documentação, também os serviços de uma instituição como o ANTT têm o dever de cooperar neste sentido. Só assim a entidade terá sucesso na sua política de preservação, salvaguardando os documentos.

Também a manutenção do edifício se assume de primordial importância, desde janelas, portas e telhados concedendo-lhes um bom isolamento para as condições necessárias de preservação. A realização da limpeza e da vigilância, principalmente na área dos depósitos dos acervos, constitui uma necessidade frequente. A limpeza não diz respeito só à higiene do local, mas também no auxílio da revisão de pragas. O edifício deve estar equipado com um plano de emergência, com detectores de fumo para controlo em caso de incêndio, bem como outros procedimentos institucionais.

2.4. Alguns nomes importantes preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Como notado ao longo desta dissertação, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo constitui uma instituição de grande valor para a humanidade. É o principal depósito de Portugal que abarca documentação sobre a memória colectiva do país, nomeadamente a sua história e os testemunhos do contacto dos portugueses pelas colónias ultramarinas no seu percurso dos Descobrimentos e da Expansão Marítima. Muita documentação foi perdida devido aos acontecimentos que acabaram por afectar o Arquivo Nacional, no decorrer da sua

formação, como o terramoto de 1755. A imprevisível transferência da família real para o Brasil devido às invasões Napoleónicas também foi outro factor, ainda assim, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem à sua guarda um vastíssimo espólio de documentos diversos, que Maria Neves considera que à medida que o tempo passa, se vão tornando mais abundantes. “ [...] *Uma documentação particularmente vasta que se torna, aliás, tanto mais numerosa quanto mais avançamos no tempo.*” (NEVES, 1992: 1).

São registos preciosos dispostos por numerosos cofres, pastas, caixas de várias cores, estantes, armários, milhões de ficheiros, imagens digitalizadas e microfimes. Todos estes bens de grande valor a todos os níveis, únicos do país e do mundo. Remontam ao século IX até aos dias de hoje. Envolvem os mais variados suportes de escrita, encontram-se redigidos com línguas que vão do latim ao português actual, ao chinês, ao árabe, ao persa bengali, entre outras. Se, por um lado, grande parte dos documentos inclui somente texto, outros contemplam especial beleza constituindo verdadeiras obras de arte.

Os documentos mais valiosos permanecem no coração desta instituição, ou seja, na “Casa Forte”, onde a segurança é redobrada com medidas anti-fogo, anti-luminosidade, e anti-roubo. A entrada é reservada, e aqui a consulta da documentação é feita somente com uma autorização especial para o efeito. Poucas são as pessoas detentoras do secretismo do tesouro da nossa memória. A “Casa Forte” é assim como Francisco Máximo, repórter da TVI a caracteriza: “*uma espécie de guarda-jóias onde se guardam memórias de nós como povo, memórias de nós como nação. Toda a infinidade de documentos que fora de nós, da nossa memória e do tempo que nós temos de compreender*”. (MÁXIMO, TVI 24, 06 de Agosto 2011).

Não pretendendo expor neste subcapítulo a história aprofundada da documentação, destaco apenas entre milhões de documentos alguns dos principais originais aqui conservados. São os mais consultados, embora sujeitos a limitações de consulta e horários, como o *Livro da Aves*, o *Apocalipse do Lorvão*, a *Bíblia dos Jerónimos*, o Tratado de Tordesilhas e a Carta de Pêro Vaz de Caminha. Descrevo-os sucintamente para melhor entender o seu valor e para vincar mais a importância da Torre do Tombo. Debruço a minha atenção para o conjunto de documentação mais antiga à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Destaco os documentos pertencentes ao Mosteiro do Lorvão²¹, nomeadamente o Livro das Aves e o Apocalipse do Lorvão. Ambos os manuscritos destacam-se, não só pela qualidade plástica das iluminuras que incorporam, realizadas pelos monges copistas para narrar a história, mas também porque fornecem dois aspectos muito relevantes e pouco comuns em registos da época, como a data e o local de produção.

²¹ Segundo Maria Helena Coelho, Professora Catedrática especializada em História, Paleografia e Diplomática na Universidade de Coimbra, o Mosteiro do Lorvão, particularmente nos séculos XI e XII, distinguiu-se pelos seus sistemas e métodos de alta qualidade para a época, destacando o trabalho esplendido dos notários que o frequentavam. “ [...] Um mosteiro invulgar do ponto de vista do seu *scriptorium*. Os notários do mosteiro esmeram-se, no geral, na escrita. Alguns desenham com impressionante sentido estético a letra inicial do documento, por mais vulgar que seja o acto. Eram, sem dúvida, monges e clérigos com os olhos habituados à bela letra dos códices e às suas imaginativas iluminuras. Não menos eram clérigos cultos. De facto, o mosteiro do Lorvão assumia-se como um centro cultural e social que se projectava na região de Coimbra e mesmo no litoral nortenho. (FDUP, 2006: 388).

O Livro das Aves trata-se de um códice em pergaminho de 1130- 1140, escrito e dedicado a Rainerus, por Hugo Folieto. Ao longo de toda a obra faz uso das aves em alegorias morais, para delas obter ensinamentos e servir de exemplo a cónegos e monges. Uma obra onde tudo tem um significado e onde tudo se representa com exemplos iluminados. Dispõe de assuntos de outros tempos, dividida por duas partes. Por um lado, temos a *Bíblia* como base principal da primeira parte da obra, mencionada com frequência; por outro uma segunda parte, onde o autor faz uso da *Natureza das coisas* de Rabano Mauro, bem como do bestiário das *Etimologias* de Santo Isidoro.



31- Pomba e falcão, in Livro das Aves

Fonte: TT ONLINE- pesquisas- PT-TT-MSML/B/5- {5}-p1, 08-03-2013

O *Apocalipse* do Lorrão, datado no século XII, mais propriamente no ano de 1189, início do reinado de D. Sancho I, constitui das poucas obras de iluminura romântica portuguesa que chegou até aos dias de hoje. Da autoria de Egeas, trata-se de um manuscrito majestoso em comentário ao livro do Apocalipse, o último livro do Novo Testamento. Divulga-se o fim do mundo pecaminoso e a luta entre o Bem e o Mal de onde Cristo sairá vencedor. Ao contrário do *Antigo Testamento*, que é património dos judeus, o *Apocalipse* destinou-se a todos os povos, tratando-se de uma explanação profética emblemática para harmonizar e ajudar a manter a fé dos cristãos, através de uma linguagem simbólica. A Acção do livro decorre entre a revelação de Jesus e o regresso, depois de escrever o Apocalipse, do apóstolo João Éfeso. (DGARQ- TTOnline, in Apocalipse do Lorrão, [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=\(RefNo==PT-TT-MSML/B/44, 01-04-2013\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=(RefNo==PT-TT-MSML/B/44, 01-04-2013))). Citada a base da história da obra, o *Apocalipse* do Lorrão é composto por episódios bíblicos acompanhados de comentários e iluminuras imponentes. Retratam as mentalidades, a cultura, as esperanças e os medos do homem da época.



32- 33- Encadernação e exemplo de uma página de texto do Apocalipse do Lorvão
Fonte: TT ONLINE- pesquisas- PT-TT-MSML/B/44- {-1v}, 16-03-2013

As iluminuras demonstram exemplos das alfaias, dos trajes e da arquitectura do século XII como referem alguns dados:

“Os elementos arquitectónicos que aparecem nalgumas ilustrações são constituídos por arcadas românicas intercaladas com arcos de ferradura de inspiração moçárabe, substituindo a representação de edifícios tridimensionais.” (EXSURGE.PT, 2011).

Recheado pelos símbolos e representações, este livro contém ilustrações que mostram o trono de Deus, a simbologia dos apóstolos. Mostra cavalos e cavaleiros que erguem vários atributos, a adoração de Cristo, o mistério das sete estrelas, a colheita da vindima, a representação do mundo, entre outros.

Após um breve inquérito feito ao Doutor Paulo Tremoceiro, Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tanto o *Livro das Aves* como o *Apocalipse do Lorvão*, encontram-se em bom estado de conservação, tendo sido o primeiro submetido a uma intervenção de restauro há uns anos.

Marcada a passagem pela colecção mais antiga do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, debruço agora a minha atenção para aquela que é considerada o maior tesouro desta instituição, uma *Bíblia* manuscrita denominada de *Bíblia dos Jerónimos*. Trata-se de uma obra muito especial, devido à sua enorme beleza e unicidade, uma vez que não existe outra igual. Caracteriza-se como sendo um dos livros mais ricos e raros em todo o mundo, datado a 1495, por encomenda de D. Manuel. Constitui uma criação fundamental dos finais do século XV. A obra está dividida por oito volumes, escrita em latim com caligrafia da Renascença Italiana. As suas páginas são compostas por velino da mais alta qualidade, envolvidas actualmente numa encadernação de marroquim, substituída pelos antigos e pesados adornos de prata. A sua estrutura textual inicia-se com o prólogo de S. Jerónimo, seguindo-se os comentários de Nicolau de Lira, ao texto exacto da Bíblia, terminando com as adições e réplicas de diversos autores. Para além de texto, o seu conteúdo físico deslumbrante é constituído por iluminuras incomparáveis a qualquer outra. Toda a obra é composta por grandes efeitos decorativos que primem pela abundância de cores vivas como o ouro, o azul, a púrpura, o laranja, enfim, uma junção de tons que não deixa ninguém indiferente. Depois do requinte dos tons, a sua

decoreção além da presença constante das armas reais de Portugal, tem presentes elementos como a hagiografia, a arquitectura religiosa, plantas, animais exóticos e elementos ligados ao mar. Eram outros tempos onde eram mais evoluídos os conhecimentos e as mentalidades. Ao longo da obra, nota-se a organização e a perfeição na ocupação dos espaços pelas páginas, pormenores requintados entre a harmonia das cores.

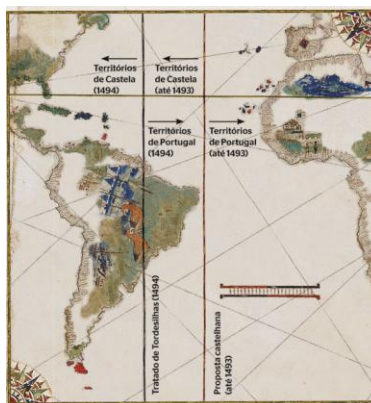


| 36, 37- Bíblia dos Jerónimos, volume 3, 1496
Fonte: TT ONLINE- pesquisas, TT-MSMB-A-67_{2}_m0002.tiff, 20-03-2013

João Silva do Diário de Noticias realça o valor incalculável desta grandiosa obra, tendo sido mostrada em público apenas duas vezes.

“Não é todos os dias que os portugueses podem ver de perto aquela que é considerada a jóia da coroa da Torre do Tombo: A Bíblia dos Jerónimos. Esteve exposta ao público em 1990 e 2000, duas aparições que se devem a datas comemorativas excepcionais”, refere João Silva ao Diário de notícias. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS online-http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=591682, http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=591682, 2004).

Segue-se outro documento original na posse do ANTT que, embora de dimensões muito reduzidas em comparação com o anterior, revela-se um registo de grande importância, já afirmado pela UNESCO como sendo memória mundial - o afamado Tratado de Tordesilhas. Como o próprio nome indica, este tratado foi rubricado em Tordesilhas, uma povoação castelhana, no dia 7 de Junho de 1494. Envolveu os Reinos de Castela (Fernando e Isabel) e Portugal (D. João II), com o objectivo de dividir as terras do mundo fora da Europa entre ambos. Tratando-se das terras que já haviam sido descobertas e as que ainda estavam por descobrir. Assim, e de acordo com o tratado, as terras que se encontravam localizadas até 370 léguas a oeste de Cabo Verde eram pertencentes a Portugal, as outras, a Oeste desse nível, cabiam a Espanha.



38- Divisão das terras no Tratado de Tordesilhas

Fonte: Guia do Estudante. Com, <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/descubra-verdadeira-historia-descobrimto-brasil-728926.shtml>, 24-03-2013.

Como referido no Guia do Estudante, o Tratado de Tordesilhas marca assim a primeira tentativa de delimitação do território mundial, embora com alguns erros de marcação de território, uma vez que em tempos mais remotos, não havia uniformidade nas medidas aplicadas hoje em dia, com mais exactidão.

“ [...] ele não especificava de qual ilha do arquipélago de Cabo Verde as 370 léguas seriam contadas, e não esclarecia qual era o formato exacto da unidade de medida empregada - cada país calculava a légua de uma maneira, na época. Quando a exploração das novas terras começasse de facto, essas dúvidas certamente causaram polémica [...] ”. (GUIA DO ESTUDANTE.COM, 2013).

Apesar das controvérsias, o Tratado de Tordesilhas mostra um dos acontecimentos mais relevantes na história das ligações internacionais. Mostra a vontade de dois países em fazer a divisão das terras através de um acordo mais ou menos pacífico, com decisões justas. Uma forma de resolver possíveis e anteriores conflitos através do diálogo, fazendo notar deste modo as relações de diplomacia entre os países vizinhos. Provando uma vez mais a sua relevância, foi com este tratado que Portugal se afirmou em regiões tão dissemelhantes, que vão desde o Brasil à China.

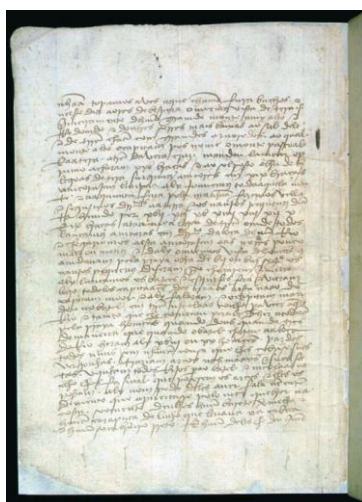


39 - Parte do Tratado de Tordesilhas

Fonte: HISTÓRIA DE PORTUGAL.INFO, www.historiadeportugal.info/tratado-de-tordesilhas/ 26-03-2013.

A célebre carta do “achamento do Brasil”, um dos documentos mais consultados no ANTT, foi redigida por Pêro Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral no ano de 1500 em Porto Seguro, dirigida a D. Manuel. De grande valor histórico, a carta de Caminha marca o primeiro registo de que há memória do Brasil na história Universal. Constitui, deste modo, uma espécie de certidão de nascimento do país. Através de um relato minucioso, com um discurso claro e objectivo, por vezes com algum humor, brincadeira e trocadilhos, o autor relata ao longo da carta todo o seu percurso até ao Brasil. É predominante a grande riqueza de detalhes que abrangem povos que contactou, terras por onde passou, usos e costumes das diferentes culturas.

Segundo registos da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes,
“A carta de Caminha caracteriza-se pela descrição da tipicidade humana do indígena. [...] Caminha não era um cosmógrafo. O que ele redigiu para recreio e esclarecimento do rei foi uma narrativa impressionista em que revela aquela cultura literária tão própria dos portugueses da sua grande época, e aquela capacidade de observação, e aquela capacidade de compreender e descrever judiciosamente, que constituem o mais esplêndido encanto dos cronistas. A preocupação em traduzir gestos, a caracterização corporal, a sua alimentação e abrigo, enfim, o seu modo de existir, demonstra o valor dessa carta narrativa como documento e obra literária. (BIBLIOTECA VIRTUAL MIGUEL CERVANTES, ONLINE, http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha--0/html/ffce9a90-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html, 29-03-2013)



40 - Primeira página da Carta de Pêro Vaz de Caminha
Fonte: TTONLINE- pesquisas, PT-TT-GAV/8/2/8- {1v}, 20-03-2013

Além dos documentos valiosíssimos referidos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo apresenta-nos alguma da documentação que levanta bastante curiosidade. Realçam não só pela sua antiguidade, mas também pelos seus atributos físicos. Para referi-los a todos seria

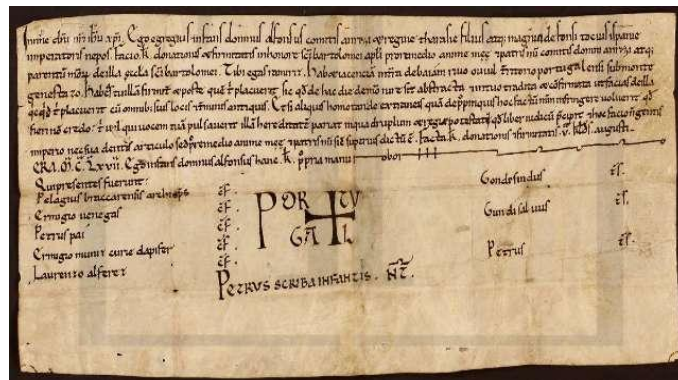
uma lista infundável. Deste modo e mais uma vez, exponho algumas imagens abaixo dos que me suscitaram mais curiosidade.

Documento mais antigo à guarda do Arquivo Nacional (ano 882)



41 - Documento mais antigo do ANTT- Carta de fundação da Igreja de Lardosa no Porto
Fonte: ANTT-DGAR *online*- Exposições Virtuais, http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/08/1-MSPCete-1_1.jpg, 20-03-2013.

Documento mais antigo com a palavra/sinal de Portugal (1129)



42 - Carta de doação pelo infante D. Afonso Henriques a Egas Ramires da igreja de São Bartolomeu de Campelo.
Fonte: ANTT-DGAR *online*- Exposições Virtuais, <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/08/3-Ancede-sinal-Portugal.jpg>, 20-03-2013.

Documento mais comprido com 36 metros de comprimento material

O conteúdo deste documento, tendo em conta o seu tamanho considerável, trata-se de um processo litigioso entre o Mosteiro de Lorvão e o Cabido da Sé de Coimbra sobre jurisdição eclesiástica e patrimonial, envolvendo a posse de igrejas e propriedades, e considera-se estar em bom estado de conservação, fonte do Doutor Paulo Tremeceiro no inquérito realizado.



43 - Demanda entre D. Constança Suerii, abadesa do mosteiro do Lervão, e o Cabido da Sé de Coimbra. 1304-1318.

Fonte: ANTT-DGAR *online*- Exposições Virtuais, <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/08/9-Cab-Se-Coimbra.jpg>, 20-03-2013.

Documento mais volumoso com 11.149 fólios

Trata-se não de um livro mas sim de um processo entre 1816-1828, que compõe o inventário de bens de Eusébio Sousa, homem negociante da praça de Lisboa, após o seu falecimento. Não se trata de uma obra de cariz literário, mas sim de um documento de arquivo, que levou muito tempo a ser elaborado, uma vez que sendo este de cariz judicial, poderá ter passado por algumas circunstâncias que prologaram o seu tempo de execução. O seu estado de conservação é razoável, apesar de ter folhas rasgadas, cadernos soltos, folhas soltas. À semelhança deste documento, existem vários da mesma categoria no ANTT, embora de tamanho mais reduzido.



44 - Inventário de bens de Eusébio de Sousa. 1816-1828.

Fonte: ANTT-DGAR *online*- Exposições Virtuais, <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/08/11-Feitos-Findos-Invent%C3%A1rios-post-mortem-Letra-E-m%C3%A7.-12-n.%C2%BA-1.m0002.jpg>, 20-03-2013.

Documento com mais selos



45 - Auto de aclamação de D. João I. 1385-04-06

Fonte: ANTT-DGAR *online*- Exposições Virtuais, <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/08/10-Aclamacao-D-Joao-I.jpg>, 20-03-2013.

Silvestre Lacerda realça que para além de todos estes documentos constituírem lembranças históricas, revelam-se também como inscrições legítimas dos cidadãos.

“Estes documentos não têm só uma componente da memória da História, mas uma grande importância nos direitos dos cidadãos, na prova e autenticidade dos registos”, refere Silvestre Lacerda, Presidente do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, (*Jornal Público* - <http://www.publico.pt/cultura/noticia/torre-do-tombo-memorias-paroquiais-sobre-terramoto-1755-disponiveis-na-internet-1249036>, 25 de Fevereiro de 2006).

Conclusão

Ao chegar à conclusão desta dissertação termino com duas certezas: por um lado, fica o testemunho da evolução dos tempos, em que o homem progrediu com a escrita e de acordo com as suas necessidades e assim se foi actualizando com os suportes e técnicas necessárias. Por outro lado, testemunhei também que a nossa evolução como seres humanos assim como toda a nossa história está conservada e preservada através das técnicas que o homem foi criando ao longo de toda a sua vida. Vemos assim a humanidade dotada de profissionais que a cada dia que passa trabalham para que todos nós tenhamos arquivos e relíquias que, sem a arquivística e a evolução tecnológica de outro modo tal não seria possível.

Não é demais referir que o arquivo comanda a nossa vivência. É ele que presencia a nossa história e a trata para que perdure no tempo. No entanto, em toda a minha tese e, do meu ponto de vista, há dois nomes que para mim representam toda a viragem na história: as bibliotecas e a imponente Torre do Tombo. É através das bibliotecas que todos nós evoluímos e são elas que nos transmitem os conhecimentos vastos tendo sempre como suporte principal o arquivo. A Torre do Tombo, na minha opinião é pouco elogiada, merece da parte de todos nós um olhar de gratificação, pois zela de forma incondicional pelo património arquivístico, fotográfico e cultural, não passando pela mente da maior parte das pessoas qual o papel que um profissional desta instituição desempenha, desde a preservação à preocupação pela infecção do papel com microorganismos. No que respeita a este campo, para termos acesso a certo tipo de documentos, não imaginamos que os mesmos passaram por fases de tratamento rigorosas para que não se perdesse a informação. Desde a identificação dos agentes prejudiciais ao papel, aos diagnósticos realizados, a relatórios com registos fotográficos para ver a evolução do estado do papel até à preocupação com a luminosidade, são factores e técnicas aplicadas para que o público possa ter acesso a eles. Encontramos acções realizadas tendo em vista a preocupação extrema para salvar arquivos, pois, os microorganismos representam uma grande ameaça e para isso realizam-se higienizações, remoção de resíduos, restauros utilizando mesmo as camaras de desinfestação. Através do meu contacto com a Torre do Tombo, apurei que trabalha uma equipa na conservação e restauro das obras e documentos, no entanto, não consegui obter informação mais clara no que respeita ao seu funcionamento. Apenas transmitiram que das obras mais morosas em conservação foram os Processos da Inquisição de Lisboa, alvo de grande tratamento arquivístico, de restauro e posteriormente de digitalização. Sabendo do estado avançado de degradação de muitos documentos, não obtive resposta quando questioneei se, por acidente de percurso, a equipa por lapso, ao tentar salvar uma obra não a acabou por danificar por completo.

Todos nós, por isso, nos encontramos dotados de ofertas vastas de informação mas, será que já alguém parou para pensar que se não fosse o arquivo, a arquivística e a evolução que foi feita teríamos toda esta informação? Ou pelo menos a teríamos nos moldes que conhecemos hoje?

Com o sentimento de orgulho chego ao fim, por ter a Torre do Tombo neste meu trabalho. Orgulho pela qualidade do seu trabalho e mais ainda, orgulho e contentamento por ver a minha sociedade evoluir a tal ponto de me sentir privilegiada em ter a informação sempre que quero, catalogada, tratada!

A Torre do Tombo, através das respostas que me cedeu, mencionou que faz várias aquisições por ano, de forma variável. Compra através de leilão, depósito mas, tudo depende da disponibilidade financeira (no caso dos leilões) ou da vontade dos proprietários no que respeita às doações.

Ficou bem claro nas respostas que consegui obter que, há documentação que se encontra restrita ao público mas em relação a ela a Torre do Tombo não adiantou referências, pois, tal como Paulo Tremoceiro, Chefe da Divisão de Comunicação e Acesso desta instituição referiu “Aquilo que está em segredo, é segredo”. Com informação desconhecida ou não, ao Arquivo e à Torre do Tombo em particular devemos dedicação e são sem sombra de dúvida uma história sem fim, o futuro a eles pertence!

Bibliografia

Obras

- ANSELMO, Artur, *Livros e Mentalidades*, Guimarães Editores, Lisboa, 2012.
- ANTÓNIO, Júlio Rafael; SILVA, Carlos Guardado; *Organização de Arquivos Definitivos: Manual ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Grupo de Trabalho em Preservação e Conservação, Inquérito sobre o Estado de Conservação do Património Arquivístico e Bibliográfico em Portugal*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999.
- ARQBASE, Colibri Artes Gráficas, Lisboa, 2006.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, 2ª edição, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1973.
- BABO, Maria Augusta; *A escrita do livro*, Vega Passagens, Lisboa, 1993.
- BAIÃO, António, D`Azevedo, A. Pedro, *O Archivo da Torre do Tombo, sua história, corpos que o compõem e organização*, Imprensa comercial, Lisboa, 1905.
- BELLOTTO, Heloísa Libaralli, *Arquivística, Objectos, princípios e rumos*, Associação de Arquivistas, São Paulo, 2002.
- BRAGA, António Maria, QUEIROZ, Manuel, *Organização e Funcionalidade do Espaço nas Bibliotecas*, Universidade Aberta, Lisboa 2010.
- BRANDI, Cesare, *Teoria da Restauração*, Artes e Ofícios, Ateliê Editorial, Brasil, 2004
- CABRAL, Maria Luísa, *Bibliotecas acesso, sempre*, Edições Calibri, Lisboa, 1996.
- CASSARES, Norma Cianflone, MOI, Cláudia, *Como fazer conservação preventiva em Arquivos e Bibliotecas*, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, São Paulo, 2000.
- CASTRO, Andresa de Moraes, CASTRO, Astréa de Moraes, GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro, *Arquivística e Arquivologia*, Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro 1988.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, *Comissão para a prevenção de desastres em arquivo*, Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, Lisboa, 2000.
- COSME, Alfonso Muñoz, *Los espácios del saber, história de la arquitectura de las bibliotecas*, Ediciones TREA SL, Espanha, 2004.
- CRESPO, González José, *La biblioteca móvil*, Gijon, Trea, 2001.
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.
- Dicionário de Biografias, Volume 24, Edição exclusiva Correio da Manhã, Porto Editora.
- DUCHEIN, Michel, FLIEDER, Françoise; *Livros e Documentos de Arquivo - Preservação e Conservação*, Publímpressores, Lda., Lisboa 1993.
- ECO, Umberto, *A Biblioteca*, 5ª edição, Difel Difusão Editorial S/A, 2002.
- FARIA, Maria Isabel, PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do Livro*, da escrita ao livro electrónico, Edições Almedina S.A., Coimbra, 2008.
- FEVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *O Aparecimento do Livro*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000
- FURTADO, José Afonso, *O Papel e o pixel; do impresso ao digital: continuidades e transformações*. Escritório do Livro, Brasil, 2006.

- GREENFIELD, Jane, *Como cuidar, encadernar e reparar livros*, Edições Cetop, Mem Martins, 1988.
- IFLA/PAC, Directrizes da IFLA/ UNESCO, “*Os Serviços da Biblioteca Pública*”, Editorial Caminho, Setembro 2003.
- ILINE, M., *O Homem e o Livro*, Edições Cosmos, Lisboa, 1941.
- LABARRE, Albert, *História do Livro*, 8ª edição, Livros Horizonte, Lda., Lisboa, 2005.
- LITTON, Gaston, *O livro e a sua história*, Editora McGraw-Hill do Brasil, Lda., 1975.
- MANGUEL, Alberto, *Uma História da Leitura*, Editorial Presença, 1996
- MCMURTRIE, Douglas C., *O Livro*, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997.
- MILEVSKY, Robert J., *Manual de pequenos reparos em livros*, Projecto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro 2001
- CRUZ, José Ramón Mundet, *Manual de Archivística*, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 4ª edição, Madrid 2001.
- PIZAROSO, Alejandro Quintero, “*A História da Imprensa*”, Planeta Editora Lda., Lisboa 1994.
- RAMOS, Júlio RIBEIRO, Fernanda, REAL, Manuel Luís, SILVA, Armando Malheiro, *Arquivística- Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*, Vol. 1, Edições Afrontamento, Porto, 2002.
- VENTURA, João J.B., “*Bibliotecas e Esfera pública*”, Celta editora, 2002.
- VIEIRA, Alice, *Esta Lisboa*, Editorial Caminho, S.A, Lisboa, 1993.

Outras fontes de informação, web-grafia

- AMARAL, Manuel, Portal da História, Liberalismo em Portugal, Constituição de 1822. Disponível: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html>, 03-02-2013.
- APBAD, Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, bad-online. Disponível: <http://www.apbad.pt/default.htm>, 13-01-2013.
- APBAD, Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, “*Perfil do Profissional de Documentação e Informação*”, 2004. Disponível: www.apbad.pt/Profissao_Areas.htm, 13-01-2013.
- Archivo di Stato di Milano, Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica, “*Arquivistica*”, Biennie 2003-2005, Gli Archivi nell`artichità, a cura di M. Barbara Bertini, Flora Santorelli, Carmela Santoro. Disponível: http://www.archiviodistatomilano.it/uploads/scuola/2003_05/lezioni_arc/archivi_antichi/archivi%20_antichi.htm, 20-11-2012.
- Archivo General de Simancas, Gobierno de España, Ministério da Educação, Cultura e Desporto. Disponível: <http://www.mcu.es/archivos/MC/AGS/Presentacion.html>, 03-01-2013.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO *online*, DGARQ, Governo de Portugal. Disponível: antt.dgarq.gov.pt, 01-02-2013.
- ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, Glossário Arquivístico, Brasil. Disponível: www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/glo_arq.php, 16-01-2013.
- ARTE.IT, “*Tabularium*”, Roma. Disponível: <http://www.arte.it/poi.php?id=71&lang=en&q=>, 02-12-2012.

Bibliotheca de Alexandrina, The new Library of Alexandrina, *online*. Disponível: http://www.bibalex.org/home/default_EN.aspx, 05-01-2013.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) *online*, Governo de Portugal. Disponível: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1&langpt, 05-01-2013.

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, “*A carta de Pêro Vaz de Caminha*”. Disponível: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha--0/html/ffce9a90-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html, 29-03-2013.

DGARQ, Facebook.com. Disponível: www.facebook.com/dgarq, 05-02-2013.

DGARQ *online*, Direcção Geral de Arquivos, Governo de Portugal. Disponível: dgarq.gov.pt, 05-02-2013.

DGARQ *online*, Direcção Geral de Arquivos, Governo de Portugal, Boletim nº18, 2011. Disponível: dgarq.gov.pt/files/2008/08/Boletim

Diário de Notícias *online*, “*Bíblia dos Jerónimos revelada*”, João céu e Silva. Disponível: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=591682), 21-03-2013.

Divisão de Preservação, Conservação e Restauro do ANTT, “*Procedimentos básicos de preservação/ conservação preventiva de Documentos Gráficos*”, DGARQ. Disponível: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/procedimentos_preservacao.pdf, 15-02-2013.

DOMINGOS, Sónia, “*Procedimentos básicos para a conservação de documentos com suporte em pergaminho*”, Divisão de Preservação, Conservação e Restauro do ANTT, DGARQ. Disponível: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/norma_pergaminho.pdf, 15-02-2013.

DOMINGOS, Sónia, “*Regras básicas para a consulta e manuseamento de documentação histórica*”, Divisão de Conservação do ANTT, DGARQ, Lisboa. Disponível: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/regras_manuseamento.pdf, 15-02-2013.

DUARTE, Zeny, “*Arquivo e Arquivística: conceituação e perfil profissional*”. Revista da Faculdade de Letras, Ciências e técnicas do património, Porto. Disponível: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf, 05-01-2013.

EXSURGE, “*O Apocalipse do Lorvão*”, Marlene Fénix, Medieval Art. Disponível: exsurge.1blogspot.pt/2012/06/normal-0-21-false-false-false-pt-x-none_8188.html, 01-04-2013

FDUP, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Volume 3, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Departamento de História, Porto, 2006. Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4903.pdf>

GOFF, Amelle, ICA, Os Arquivos das ONG, uma memória a partilhar, guia prático de 60 perguntas. Disponível: dgarq.gov.pt/files/2008/10/ong.pdf, 04-01-2013.

GOVERNO DE ESTADO DO PARANÀ, Secretaria da Educação, “*Biblioteca de Alexandria*”. Disponível: <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=19&evento=6>, 10-12-2012.

GUARDAR MEMÓRIAS, ABRIR CAMINHOS..., DGARQ, ANTT, Lisboa 2007. Disponível: <http://dgarq.gov.pt/files/2011/08/Guardar-mem%C3%B3rias-abrir-caminhos-ANTT.pdf>.

GUIA DA CIDADE, Mosteiro do Lorvão. Disponível: www.guiadacidade.pt/pt/poi-mosteiro-de-lorvao-17013, 20-03-2013.

Guia do estudante, Aventuras na história, “*Descubra a verdadeira história sobre o descobrimento do Brasil*”, Tarso Araújo. Disponível: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/descubra-verdadeira-historia-descobrimto-brasil-728926.shtml>, 24-03-2013.

HENRIQUES, Maria de Lurdes, “Conhecer e visitar: o Serviço Educativo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, DGARQ, 2011. Disponível: <http://dgarq.gov.pt/files/2011/08/Comunica%C3%A7%C3%A3o-Conhecer-e-visitar-Serv-Educativo-do-ANTT-2011-07-21.pdf>, 20-03-2013.

HISTÓRIA DE PORTUGAL.info, o Guia *online* da História de Portugal, “*Tratado de Tordesilhas*”, 2013. Disponível: www.historiadeportugal.info/tratado-de-tordesilhas/, 26-03-2103.

ICA.ORG- International Council on Archives, Discover Ica, About Ica, “*An Introduction to our Organization*”, 2009. Disponível: <http://www.ica.org/102/about-ica/an-introduction-to-our-organization.html>.

Iflanet- IFLA/UNESCO, *Manifesto sobre Bibliotecas Públicas*, 2004. Disponível: archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm.

IITC- Instituto de Investigação Científica Tropical, “*Planos de controlo de pragas tentam proteger herança cultural*”, TV Ciência, 2007. Disponível: <http://www2.iict.pt/?idc=21&idi=15629>.

JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, “*O futuro da memória*”, ANTT, Governo de Portugal, ADL- Arquivo Distrital de Lisboa. Disponível: <http://dgarq.gov.pt/files/2011/08/Os-registos-das-mem%C3%B3rias-Perman%C3%A2ncias-e-Intermit%C3%A2ncias-mostra-documental-virtual.pdf>, 20-03-2013.

JORNAL PÚBLICO online, “*Torre do tombo: memórias paroquiais sobre terramoto 1755 disponíveis na internet*”, Comunicação Social S.A. Disponível: <http://www.publico.pt/cultura/noticia/torre-do-tombo-memorias-paroquiais-sobre-terramoto-1755-disponiveis-na-internet-1249036>, 22-02-2013.

LEMML, Thomaz, “*As bibliotecas mais bonitas do mundo*”, Revista Moby 2012. Disponível: <http://revista.mobly.com.br/arquitetura/bibliotecas-mais-bonitas/>, 05-01-2013.

MATTOSO, José, “*O arquivo e a construção social do passado*”, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1988. Disponível: run.unl.pt/handle/103625375.

MÁXIMO, Francisco TVI 24, Isto é Portugal, “*Torre do Tombo*”, Emissões- 30 de Julho e 06 de Agosto de 2011.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues, “*Informações sobre arquivo*”- Nova morada do tombo, Departamento de História da Universidade de São Paulo, nº125-126, 1992. Disponível: periodicos.usp.br/revhistoria/article/viewfile/18685/20748.

Parlamento Europeu, “*Relatório sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna*”, Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação e os Meios de Comunicação Social, 25 de Junho de 1998. Disponível: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0248+0+DOC+XML+V0//PT>.

PIRES, Everson, “*A Importância dos Arquivos*”, Administradores, O Portal da Administração, 2009. Disponível: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-importancia-dos-arquivos/27310/>.

PORBASE, Base Nacional de Dados Bibliográficos, Biblioteca Nacional de Portugal, Governo de Portugal, 2012. Disponível: www.porbase.org/index.html.

RAMOS, Fátima Ó, “*Le traitement archivistique auprès de `Arquivo Nacional da Torre do Tombo: contenus, communication et recherche dans les fonds et documents*”, Colloque International, Université de la Rochele, 2011.

Disponível: <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2011/09/FOR-Traite-negriere-Esclavage.pdf>

RIBEIRO, Fernanda, Artigos de Revisão, “*A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação*”, Porto, 2011. Disponível: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/download/9887/5619%E2%80%8E>.

RIBEIRO, Fernanda, “*Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (torre do tombos)?* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Universidade do Porto, Biblioteca Digital, 2013, Disponível: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id178&sum=sim>

RIBEIRO, Joaquim, Sistemas de Informação, “*Arquivo*”, 2006. Disponível: Joaquim_ribeiro.web.simplesnet.pt/arquivo/definições.htm

SILVA, Edith Maria, “*Conservação e Restauração de livros e documentos*”, Cadernos FUNDAP, São Paulo, ano 4, nº8, págs 49, 55, Abril 1984. Disponível: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad08/Fundap08/CONSERVACAO%20E%20RESTAURACAO%20DE%20LIVROS%20E%20DOCUMENTOS.pdf>

TTonline, DGARQ, Pesquisas, 2013. Disponível: ttonline.dgarq.gov.pt/index.htm, 08-03-2013.

UNL- Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e tecnologia, “*À descoberta da cor na Iluminura Medieval como o Apocalipse do Lorvão e o Livro das Aves*”. Disponível: http://www.dcr.fct.unl.pt/sites/www.dcr.fct.unl.pt/files/documentos/projectos/iluminura/introducao_cadernos_de_apoio.pdf, 05-03-2013.

Anexo

Inquérito- 05-06-2013

Após várias tentativas de contacto para resposta deste breve inquérito, vários foram os departamentos que me indicaram, assim como esperei algumas semanas pela resposta, a qual me foi dada pelo Doutor Paulo Tremoceiro, Chefe da Divisão de Comunicação e Acesso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Questões:

LIVRO DAS AVES- Mosteiro do Lorvão:

1 - Qual o seu estado de conservação?

O designado “Livro das Aves” (Cota: Ordem de Cister, Mosteiro do Lorvão, código 5) está em bom estado de conservação (foi sujeito a intervenção de restauro há uns anos)

2 - São feitas requisições deste livro? Se sim quantas por ano aproximadamente?

O livro está integralmente digitalizado e as imagens estão disponíveis através do sítio web do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

3 - Qual o seu modo de consulta na Torre do Tombo?

Por princípio a documentação que se encontra digitalizada ou microfilmada na íntegra não é consultada fisicamente. Assim, a consulta deste tipo de documentação é feita através da base de dados, que além do registo descritivo tem associadas as imagens disponibilizadas.

DOCUMENTO MAIS COMPRIDO - 36 METROS

1 - Qual o seu estado de conservação?

O designado Demanda entre D. Constança Suerii, abadesa do mosteiro do Lorvão, e o Cabido da Sé de Coimbra. (Cota: Cabido da Sé de Coimbra, 2.ª incorporação, mç. 102, rolo n.º 1) Está em bom estado de conservação.

2 - Qual o conteúdo deste documento?

Trata-se de um processo litigioso entre o Mosteiro de Lorvão e o Cabido da Sé de Coimbra sobre jurisdição eclesiástica e patrimonial, envolvendo a posse de igrejas e propriedades.

3 - Pode ser consultado?

Por princípio a documentação que se encontra digitalizada ou microfilmada na íntegra não é consultada fisicamente. Assim, a consulta deste tipo de documentação é feita através da base de dados que além do registo descritivo tem associadas as imagens disponibilizadas.

DOCUMENTO MAIS VOLUMOSO COM 11.149 FÓLIOS - Inventário de bens de Eusébio Sousa

1 - Quem é Eusébio Sousa?

Eusébio Sousa era um negociante da praça de Lisboa. Poderá consultar a descrição do documento (Cota: Feitos Findos, Inventários post mortem, Letra E, mç. 12, n.º 1)

2 - Qual a intenção desta obra?

Não se trata de uma obra de cariz literário, mas sim de um documento de arquivo. Trata-se de um inventário de bens após o falecimento de Eusébio de Sousa.

3 - Qual o seu estado de conservação?

O seu estado de conservação é razoável, apesar de ter folhas rasgadas, cadernos soltos, folhas soltas, conforme consta no registo descritivo.

4 - Há mais livros da mesma categoria na Torre do Tombo?

Não se trata de um livro, mas de um processo. Sim, existem muitos outros inventários post mortem no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

5 - Porquê tanto tempo para a obra ser redigida?

Tratando-se de um processo de cariz judicial, poderá ter havido muitas circunstâncias que prolongaram a resolução do processo no tempo.

Outras Questões:

1 - Que outras obras, desconhecidas do público se encontram na Torre do Tombo de relevada importância?

Existe na Torre do Tombo muita documentação que ainda não foi objecto de tratamento arquivístico. A maior parte dos documentos de arquivo a que foi dado um destaque, estão devidamente descritos e são do conhecimento público. Lembra-se que o Tratado de Tordesilhas, a Carta de Pero Vaz de Caminha e toda a colecção designada Corpo Cronológico, foram dos primeiros documentos a serem considerados pela UNESCO como Registos da Memória do Mundo. No entanto, a importância dos documentos de arquivo advém não só do valor informativo mas também e principalmente do seu valor evidencial ou probatório, e essa poderá diferir de utilizador para utilizador.

2 - Qual o documento mais antigo existente na TT?

O documento mais antigo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é a **Carta de fundação da Igreja de Lardosa. 882-03-27**. (Cota: Ordem de São Bento, Mosteiro de São Pedro de Cete, mç. 1, n.º 1). Poderá também ver no sítio Web da Torre do Tombo a página dedicada ao Doc +.

3 - Que novas aquisições tem a TT? Quantas aquisições novas tem a TT por ano?

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo faz várias aquisições, seja por compra em leilão, por doação, depósito ou por incorporação. O número de aquisições é muito variável ao longo dos anos, estando dependente do colocação de documentos no mercado, e disponibilidade financeira para adquirir (no caso dos leilões), da vontade dos proprietários para doar a documentação, etc.

4 - Tendo em conta o estado degradado de várias obras ou documentos, alguma vez a equipa na tentativa de o tratar teve algum acidente de percurso danificando mesmo as obras/documentos? Se sim que obras/documentos?

Não dispomos de informação que possa ser fornecida em tempo útil.

5 - Qual o documento ou obra que ocupou mais tempo na sua preservação? Quanto tempo aproximadamente?

Não dispomos de informação que possa ser fornecida em tempo útil. No entanto, pode ser referenciada a intervenção em todos os Processos da Inquisição de Lisboa (c. de 18.000), que foram objecto de um tratamento arquivístico, em simultâneo com a devida intervenção de restauro e posterior digitalização.

6 - Qualquer cidadão que queira preservar uma obra ou documentos de família pode cedê-los à TT? Ou o documento terá de comportar certos requisitos para dar entrada na TT?

A doação de documentos ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo é sempre sujeita a uma avaliação pelos serviços.

7 - Há documentos ou obras na TT que existem em sigilo não sabendo o público sequer que elas existem?

Pode haver casos em que a documentação está sujeita a um prazo e restrições de comunicabilidade, mas esses são conhecidos do público. Aquilo que está em segredo, é segredo.

PAULO TREMOCEIRO (Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso, ANTT)

